



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MARIZA ROSA SANTANA PEREIRA TRINDADE

**PRÁTICAS CULTURAIS DO CONGO E O FORTALECIMENTO DAS
IDENTIDADES NEGRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

VITÓRIA-ES

2025



mestrado profissional
ppgmpe/ufes

MARIZA ROSA SANTANA PEREIRA TRINDADE

**PRÁTICAS CULTURAIS DO CONGO E O FORTALECIMENTO DAS
IDENTIDADES NEGRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Patrícia Gomes Rufino de Andrade

VITÓRIA-ES

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Ata da sessão da ducentésima vigésima nona defesa de dissertação do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, da discente **MARIZA ROSA SANTANA PEREIRA TRINDADE**, candidata ao título de Mestra em Educação, realizada às 14h00min do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco. A presidente da Banca, Patrícia Gomes Rufino Andrade, apresentou os demais membros da comissão examinadora, constituída pelos Deutores Aissa Afonso Guimarães e Carlos Fabian de Carvalho. Em seguida, cedeu a palavra à candidata que em trinta minutos apresentou sua dissertação intitulada **"PRÁTICAS CULTURAIS DO CONGO E O FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES NEGRAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS"**. Terminada a apresentação da aluna, a presidente retomou a palavra e a cedeu aos membros da Comissão Examinadora, um a um, para procederem à arguição. A presidente convidou a Comissão Examinadora a se reunir em separado para deliberação. Ao final, a Comissão Examinadora retornou e a presidente informou aos presentes que a dissertação havia sido APROVADA. A presidente, então, deu por encerrada a sessão da qual se lavra presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Vitória, 20 de agosto de 2025.

Profa. Dra. Patrícia Gomes Rufino Andrade

Orientadora

Profa. Dra. Aissa Afonso Guimarães

Membro Externo (Universidade Federal do Espírito Santo)

Prof. Dr. Carlos Fabian de Carvalho

Membro Externo (Prefeitura Municipal de Vitória)

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S231p Santana Pereira Trindade, Mariza Rosa, 1977-
PRÁTICAS CULTURAIS DO CONGO E O
FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES NEGRAS NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / Mariza Rosa Santana
Pereira Trindade. - 2025.
100 f. : il.

Orientadora: Patrícia Gomes Rufino de Andrade.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Congo. 2. Espaço Vivido. 3. Educação de Jovens e Adultos.
4. Educação Étnico Racial. I. Rufino de Andrade, Patrícia Gomes.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação.
III. Título.

CDU: 37

Assim, o Congo é um idioma por meio do qual o grupo transmite mensagens coletivas ao conjunto dos moradores, para afirmar sua identidade étnica enquanto negros herdeiros de um patrimônio material e imaterial deixado por seus ancestrais que, segundo dizem, teriam inventado o Congo na região e lhes deixado um território como herança.

Oswaldo Martins de Oliveira - Doutor em Antropologia Social e professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

Esta dissertação buscou analisar como as práticas culturais da Festa de Congo de Nova Almeida podem ser utilizadas como catalisadoras nas discussões sobre as relações étnico-raciais, na perspectiva da Lei 10.639, aplicada à Educação de Jovens e Adultos. O campo de pesquisa é composto pelas Escolas Estaduais do distrito de Nova Almeida em Serra. Todo ano, entre os dias 18,19 e 20 de janeiro acontece a Festa do Congo de Nova Almeida no município da Serra-ES. As celebrações que envolvem esta prática marcam fortemente o reconhecimento territorial desta comunidade. As bases teóricas para este estudo estão pautadas em considerações de autores como Milton Santos (2007) e Henri Lefebvre (2006) e Haesbaert (2004) a partir de suas conceituações de Território e Espaço Social; Nilma Lino Gomes (2000), Henrique Cunha Junior (2018), Lélia Gonzáles (1984) , Miguel Gonzáles Arroyo (2005), Kabenguele Munanga (1999-2024), Grada Kilomba; (2019) e Frantz Fanon (1999) com suas contribuições para a educação antirracista. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando-se a técnica de grupo focal, cuja produção de dados contemplou observação participante e as entrevistas a partir de roteiro e registros fotográficos com perguntas abertas. Espera-se que este esforço de pesquisa, culmine no aprendizado da História Afro-brasileira em Serra e práticas antirracistas, elaboração de um produto educacional que somado a outras práticas que vêm sendo construídas a partir da aplicação da Lei 10.639, fortaleça as identidades negras na EJA valorizando o sentimento de pertencimento e orgulho.

Palavras Chave: Congo; Espaço Vivido; EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Educação Étnico Racial.

ABSTRACT

This dissertation sought to analyze how the cultural practices of the Congo Festival of Nova Almeida can be used as catalysts in discussions about ethnic-racial relations, from the perspective of Law 10.639, applied to Youth and Adult Education. The research field is composed of the State Schools of the district of Nova Almeida in Serra. Every year, between January 18th, 19th and 20th, the Congo Festival of Nova Almeida takes place in the municipality of Serra-ES. The celebrations that involve this practice strongly mark the territorial recognition of this community. The theoretical bases for this study are based on considerations of authors such as Milton Santos (2007) and Henri Lefebvre (2006) and Haesbaert (2004) based on their concepts of Territory and Social Space; Nilma Lino Gomes (2000), Henrique Cunha Junior (2018), Lélia Gonzáles (1984), Miguel Gonzáles Arroyo (2005), Kabenguele Munanga (1999-2024), Grada Kilomba; (2019) and Frantz Fanon (1999) with their contributions to anti-racist education. Methodologically, a qualitative approach research was carried out, using the focus group technique, whose data production included participant observation and interviews based on a script and photographic records with open questions. It is expected that this research effort will culminate in the learning of Afro-Brazilian History in Serra and anti-racist practices, elaboration of an educational product that, added to other practices that have been constructed from the application of Law 10.639, strengthens black identities in EJA, valuing the feeling of belonging and pride.

Keywords: Congo; Lived Space; EJA (Youth and Adult Education) and Ethnic Racial Education.

LISTA DE SIGLAS

ABC/Serra - Associação das Bandas de Congo da Serra

BNCC - Base Nacional Curricular

CEAFRO - Comissão de Estudos Afro-Brasileiros

CES - Currículo do Espírito Santo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJNS - Instituto Jones dos Santos Neves

IPHAN - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PFDC - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGEEB – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica

PPGMPE - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

LISTA DE QUADROS/GRÁFICOS/FIGURAS

Quadro 01.	Pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Como critérios de seleção consideramos: Pesquisadores da UFES; Pesquisas que utilizaram como bases a Lei 10.639/2003; Ênfase nas práticas culturais do Congo e do Jongo e Educação Antirracista	21
Quadro 02.	População residente por cor ou raça no ES	31
Quadro 03.	Identificação dos participantes da Entrevista	48
Quadro 04.	Oferta de vagas da EJA-ES em 2024	62

LISTA DE IMAGENS/FOTOGRAFIAS

Imagem 01.	Evolução demográfica da cidade da Serra	33
Imagem 02.	Estátua de Chico Prego na Praça Almirante Tamandaré em Serra Sede.	34
Imagem 03.	Ruínas da Igreja de São José dos Queimados	34
Imagem 04.	Mapa das bandas de Congo, segundo o levantamento do IPHAN (2014-2015).....	35
Imagem 05.	Instrumentos do acervo do Museu Municipal da Serra.....	36
Imagem 06.	Fachada da ABC-Serra.....	37
Imagem 07.	Exemplos do acervo da Associação da Bandas de Congo	37
Imagem 08.	Divisão distrital do município de Serra- ES	38
Imagem 09.	Igreja dos Reis Magos	39
Imagem 10.	Vista de Nova Almeida de 1908.....	41
Imagem 11.	Reportagens do Acervo da Biblioteca Pública da Serra	42
Imagem 12.	Livros de Teodorico Boa Morte	45
Imagem 13.	Teodorico Boa Morte, foto do acervo da Biblioteca Pública	46
Imagem 14.	Celebrações do Congo de São Benedito e São Sebastião	48
Imagem 15.	Momento da ‘Cortada do Mastro’ no quintal do Sr. João Landes	52
Imagem 16.	Momento da ‘Cortada do Mastro’	54
Imagem 17.	Bandeira de São Benedito no momento da “Fincada do Mastro”	55
Imagem 18.	Bandeira de São Sebastião no momento da “Fincada do Mastro”	55
Imagem 19.	Banda de Congo Mirim	57
Imagem 20.	“Baianas” com suas indumentárias	59
Imagem 21.	“Baiana” com suas indumentárias	59
Imagem 22.	Ensaio na frente da igreja	60
Imagem 23.	Homens conduzindo o ‘barco’	61
Imagem 24.	Barco posicionado à espera do início da festa	63
Imagem 25.	Populares puxando a corda	64
Imagem 26.	Populares puxando a corda	65
Imagem 27.	Congueiros conduzindo o mastro para a ‘Fincada’	66
Imagem 28.	Dona Neném carregando o estandarte.	67
Imagem 29.	Sr. João Landes, Mestres José Bento, Dona Nenê e a autora, 2025	83
Imagem 30.	Entrevistas realizadas em 20 de dezembro de 2024	85
Imagem 31.	Encontro com os alunos de PIPAT do ‘Virgílio Pereira’	87

Imagem 32.	Encontro com os alunos de PIPAT do ‘Antônio José Peixoto Miguel’	87
Imagem 33.	Gráfico da Questão 01	88
Imagem 34.	Gráfico da Questão 03	88
Imagem 35.	Páginas do Produto Educacional	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. REVISÃO DE LITERATURA	21
1.1 Pesquisas Semelhantes	21
1.2 Conceito de Relações Étnico-raciais	24
1.3 Lei 10.639/03 e 11.645/08	28
1.4 Raça e Racismo no Espírito Santo	29
2. MUNICÍPIO DE SERRA- ESPÍRITO SANTO	33
2.1 Distrito de Nova Almeida	38
2.2 Histórico de Nova Almeida	42
2.3 O Território Negro: Território e sua História.	43
2.4 A presença dos Indígenas no território de Nova Almeida.	44
3. O CONGO	48
3.1 A Celebração	50
3.1.2 Cortando e Escondendo o Mastro	51
3.1.3 Puxando o Mastro	53
3.1.4 Fincada do Mastro	54
3.2 Os Instrumentos e suas representações	56
3.3 O Congo Capixaba: Patrimônio Imaterial	58
3.4 A Festa Do Congo São Sebastião E São Benedito	58
3.5 Aspectos Simbólicos	62
4. EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	68
4.1 A Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo	69
4.2 A EJA Noturna na Modalidade Ensino Médio	70
4.3 Projeto Integrador de Pesquisa e Articulação com o Território – PIPAT	70
4.4 A Realidade da Educação de Jovens e Adultos hoje no Brasil	73
5. METODOLOGIA DA PESQUISA	81
5.1 O Grupo Focal	81
5.2 As Entrevistas com os Participantes do Congo	84
5.3 As Entrevistas com o Público do PIPAT	86
5.4 A Construção do Produto Educacional	89

6. PRODUTO EDUCACIONAL	92
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..	93
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
9. ANEXOS	98

“- Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos os olhos e o coração abertos.”

Conceição Evaristo - Becos da Memória

INTRODUÇÃO

A escolha do poema de Conceição Evaristo surgiu em uma conversa que tive com minha sobrinha, falando do sonho de fazer o mestrado e ela me mostrou esse poema, que para ela é a parte mais bonita deste livro e eu escrevi aqui como uma inspiração. Assim como em cada começo de capítulo busquei a inspiração em um autor ou referência.

Formei em Pedagogia no ano de 2007 já estava casada e com um filho de 6 anos de idade. Durante a minha formação tive apoio dos meus familiares, que sempre me incentivaram a estudar e buscar os meus sonhos e objetivos. Assim, atuo como pedagoga na Rede Estadual do Espírito Santo há 16 anos e tenho um profundo senso de responsabilidade pela formação acadêmica dos estudantes do nosso estado. Nossa família sabe bem a importância da educação como fator de liberdade. Graças aos esforços de nossos avôs, que mesmo tendo apenas educação elementar proporcionaram aos filhos a formação acadêmica que os fez ascender socialmente, somos a segunda geração da família que pode usufruir do acesso ao ensino superior. Infelizmente sabemos o quanto isso é incomum em uma família de negros.

Moradores do distrito de Nova Almeida, somos parte integrante da história deste lugar. Valorizamos a cultura local e nos identificamos como agentes de transformação.

Retornar aos estudos foi um desafio, mas faria tudo novamente, pois, hoje me sinto realizada na profissão que escolhi. Hoje posso contribuir na formação de muitas pessoas, incentivando crianças e jovens. Diante do desafio da exclusão, tenho a oportunidade de ajudar na formação de cidadãos críticos e responsáveis que ajudarão a outros e no desenvolvimento de nossa comunidade.

Nos últimos anos tenho me envolvido mais com a pesquisa em ensino. A partir da participação na organização da I Feira Gênios de Multigênero em 2019, ocasião na qual orientei diversos projetos premiados, fui tomando gosto e repetindo os bons resultados nas outras duas edições posteriores. Ter ganhado todos aqueles prêmios como orientadora de projetos, além do prazer de ver os bons resultados das crianças, me fez vislumbrar a possibilidade do mestrado.

O que me motivou a elaborar esta proposta de pesquisa é acreditar que podemos introduzir na escola uma cultura de valorização às nossas raízes africanas e indígenas. Isso será feito através da recuperação da história no desenvolvimento da pesquisa, a saber, entrevistas, buscas em arquivos públicos, leituras afins etc. Nos últimos anos

tenho me engajado mais na questão da educação antirracista, buscando leituras de autores e autoras negras que relatam esse tema, já que no meu ofício estou em contato com crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e brancos.

Pensar a educação a partir uma perspectiva antirracista envolve empatia, respeito, pensamento crítico, ampliação do repertório cultural, diversidade e cidadania (Gomes, 2001). Como pondera a autora Nilma Lino Gomes, em certos momentos:

“(...) as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode ser paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (Gomes, 2001, p.15).”

As fontes teóricas desta pesquisa foram desenvolvidas por autores negros e negras. Baseamo-nos na pedagoga e autora Nilma Lino Gomes, reconhecida por suas importantes contribuições para a educação antirracista e as discussões sobre relações étnico-raciais, entre suas obras, destacam-se: O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação, publicado em 2017 pela Editora Vozes, este livro é um marco em sua produção acadêmica.

A pesquisadora Nilma Lino Gomes também participou de discussões sobre educação antirracista no 3º Encontro Diálogos Antirracistas, promovido pelo CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) nos dias 24,25 e 26 de Setembro de 2024.

Durante o evento, divulgado no site: dialogos.ceert.org.br, a autora e pesquisadora destacou que “a superação do racismo é uma responsabilidade de toda a sociedade, e não apenas da população negra” (Gomes, 2024).

Em 2013, Nilma Lino Gomes fez história ao se tornar a primeira mulher negra no Brasil a assumir a liderança de uma instituição pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Bras.

“Ao localizarmos o conceito e o processo da educação escolar no contexto das coletividades e pessoas negras e da relação dessas com os espaços sociais, torna-se imperativo o debate da educação a serviço da diversidade, tendo como grande desafio a afirmação e a revitalização da autoimagem do povo negro (Brasil, 2006).”

Para a pesquisadora e escritora Bell Hooks a escola possui grande responsabilidade nos processos de transformação social. Ao atuar na formação de gerações, deve contribuir para eliminar as injustiças que ainda marcam a realidade brasileira, notadamente com populações de baixa renda e descendentes de africanos e indígenas. Identificar,

debater, problematizar e combater práticas discriminatórias e racistas são elementos fundamentais para a superação do Mito da *Democracia Racial* Brasileira, que contribuiu fortemente com o reforço e enraizamento do racismo e do preconceito no nosso país (Gonzales, 1984).

Trouxemos para a nossa pesquisa conceitos da autora Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma militante destacada do movimento negro e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). Sua atuação foi marcante no campo da educação, abrangendo tanto a educação básica como o ensino superior.

Lélia Gonzalez destacou a importância de estudar as contribuições das culturas africanas e indígenas para a formação cultural e intelectual do Brasil. Além disso, foi pioneira ao abordar debates intersetoriais que envolvem desigualdades econômicas, de gênero e de sexualidade.

A autora também escreveu sobre o papel da escola no enfrentamento do racismo, no artigo "Racismo institucional e Educação antirracista: formas para combater os obstáculos da permanência de pessoas negras no ensino superior".

No caso da Educação de Jovens e Adultos, como as próprias orientações curriculares nos mostram, há um sentido ainda mais profundo:

“Na perspectiva de considerar essa modalidade de ensino não como compensatória, supletiva, de aceleração dos estudos para sujeitos de direito e não de favores, sua atuação não pode desconsiderar a questão étnico-racial com centralidade, dado ao perfil do público que atende: majoritariamente negro. Repensar a EJA numa perspectiva da educação antirracistas requer criar formas mais democráticas de se implementarem as ações e projetos para esse público, pautando a multiplicidade do tripé espaço tempo-concepção na sua organização e desenvolvimento. Dentre os desafios colocados para a EJA, está o de possibilitar a inclusão da discussão sobre a questão racial não apenas como tema transversal ou disciplina do currículo, mas como discussão, problematização e vivências (Brasil, 2013).”

A EJA foi regulamentada pelo art. 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96 que define, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, LDB 9,394/96, 2017), destinando-se a suprir uma carência que se constituiu historicamente no processo de implementação da educação institucionalizada no Brasil. Ao longo dos últimos anos a compreensão da EJA foi se alterando, segundo Arroyo (2005) é necessário que outras políticas públicas se complementam ao ensino, tendo em vista o protagonismo assumido pelos jovens e adultos atualmente.

“A visão reducionista com que, por décadas, foram olhados os alunos da

EJA - trajetórias escolares truncadas, incompletas - precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos da vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas de juventude. A finalidade não poderá suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam (Arroyo, p.11, 2005).”

Considerando essas reflexões, compreendemos a importância da Lei 10.639/03, que alterou a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. Essa lei tem colaborado para a promoção da Educação das Relações Étnico-raciais e, conseqüentemente, para o enfrentamento do racismo, contribuindo para a formação de uma sociedade não racista.

A discussão sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda é bastante limitada. Em relação às atividades pedagógicas que envolvem a Cultura Afro-Brasileira e Africana, é importante considerar que elas ainda não estão integradas de forma efetiva ao currículo da EJA. O que se observa são práticas iniciais e um pouco estruturadas, já que não há um projeto contínuo e direcionado a essa temática ao longo do semestre. O tema costuma ser abordado de forma superficial e em momentos específicos, como no dia 13 de maio e no dia 20 de novembro.

Dessa forma, fica evidente que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na EJA ainda não é dominante. Isso nos leva a refletir sobre os desafios e as possibilidades para uma Educação de Jovens e Adultos que efetivamente inclua e valorize as relações étnico-racial.

Pensando na função social, que é acentuada na modalidade EJA, é de extrema importância que esta discuta quem são os sujeitos que lá estão para que esses sujeitos construam uma consciência racial sobre seus pertencimentos e desta forma se reconheçam como um sujeito de direitos. A esse respeito Matias e Cunha Jr. (2018) vem reafirmando que:

“Sendo assim a educação, é importante para a tomada de consciência e identidade afrodescendente nos territórios de maioria negra, é na escola que podemos construir outras perspectivas de educação pautada numa educação antirracista, buscando a valorização da cultura e contribuição dos negros e negras, índios e índias na história do seu bairro, do seu município, estado e do Brasil (Matias e Cunha, p 534, 2018).”

O conceito de Afroinscrições do autor Henrique Cunha Júnior (Cunha Júnior, 2011), refere-se ao reconhecimento das marcas deixadas pelas mudanças ocorridas em bairros, cidades e territórios habitados predominantemente por pessoas de origem africana e

afrodescendente. O que fica registrado na história, tanto material quanto imaterial, da produção dos africanos e afrodescendentes. As transformações envolvem saberes, habilidades e tecnologias, cujas marcas servem como testemunhos da relevância cultural de um povo. A ação da inteligência humana gera registros históricos.

Segundo Haesbaert (2004), o conceito de território é um dos principais adotados para compreender a relação entre a sociedade e seu espaço e, nessa perspectiva, a compreensão da cidade como um território (ou como um conjunto de múltiplos territórios) permite analisar suas conexões espaciais e sociais, e tratá-la como espaços das relações sociais e conflitos entre os diversos agentes que a compõem.

Nesse contexto, o debate que se desenvolve a seguir propõe uma reflexão teórica sobre como a noção de território possibilita uma argumentação estruturada a partir das perspectivas do afeto, poder, segregação, resistência e contradição. Essas categorias teóricas permeiam toda a discussão, estabelecendo conexões com o conceito de território e viabilizando uma análise abrangente dos processos de apropriação e dominação dos espaços urbanos.

“Haesbaert (1994, 2004, 2005, 2007a) defende que o território envolve simultaneamente materialidade e simbolismo. Desta feita, o território é entendido como um espaço delimitado e controlado que é repleto de apropriações identitárias e representativas. “O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação [...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação [...] mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva” (HAESBAERT, 2004a, p. 95- 96). Ambas, em qualquer situação, envolvem relação de poder, seja ela a mais explícita de dominação, ou a mais implícita de apropriação (Haesbaert, 2005).”

Sendo assim, considerando que o poder se estrutura principalmente nas relações sociais, são essas interações que influenciam e moldam o território (Haesbaert, 1994). Dessa forma, é necessário compreender o território a partir da diversidade de poderes relacionais neles incorporados pelos agentes sociais que dele fazem parte (Haesbaert, 2005).

Portanto, a educação desempenha um papel fundamental na conscientização e afirmação da identidade afrodescendente em territórios predominantemente negros. É na escola que podemos desenvolver novas abordagens educacionais baseadas em uma prática antirracista, que valorizem a cultura e as contribuições dos escravizados e indígenas na história de seus bairros, municípios, estados e do Brasil. Dessa forma, a educação, somado a outras políticas públicas, é um instrumento essencial na luta contra o racismo.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) enquanto modalidade educativa destinada a

peças com trajetórias marcadas pela negação do direito à educação, que deve ser balizada pelos princípios da equidade, diferença e proporcionalidade, sendo que: I) a equidade tem a finalidade de restabelecer a igualdade de oportunidades à educação; II) a diferença reporta ao reconhecimento da diversidade e a valorização de cada um na sua diferença; e III) a proporcionalidade visando ao atendimento das necessidades próprias da EJA e assegurando aos estudantes o direito de aprendizagem (Brasil, 2000).

Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Em 2008, criou-se a Lei nº 11.645, de 10 de março, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. A lei altera a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as bases da educação nacional. Essa legislação é uma ferramenta de combate ao racismo e à discriminação racial, sendo resultado das lutas e da resistência do Movimento Negro no Brasil.

Defendemos que a Educação das Relações Étnico-Raciais colabora para a construção de uma educação e sociedade antirracista. Para Gomes (2012), a discriminação racial se faz presente na escola e o silêncio é um meio pelo qual ela se expressa. Por isso, precisamos falar sobre o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, mas, não de qualquer forma, e sim pautada no diálogo intercultural.

Dessa forma, assumimos que a valorização da cultura local está diretamente vinculada às mudanças espaciais, territoriais em Nova Almeida. Esta, porém necessita ser entendida e reconhecida pelos alunos e pela comunidade para que possa contribuir positivamente na construção da identidade cultural dos indivíduos e por sua vez para construção de conhecimentos outros, históricos, geográficos, artísticos que enfatizem as culturas africanas proporcionando uma educação antirracista. É neste contexto que esta proposta pretende aprofundar-se nos elementos das afroincrições, em especial na Cultura do Congo em Nova Almeida.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 PESQUISAS SEMELHANTES

Nesta seção fizemos um percurso pelos caminhos de pesquisa já percorridos por outros e outras pesquisadoras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Como critérios de seleção consideramos: Pesquisadores da UFES; Pesquisas que utilizaram como bases a Lei 10.639/2003; Ênfase nas práticas culturais do Congo e do Jongo, Educação Antirracista e Formação de Professores. Entendendo que existe um movimento dentro dessa universidade que defende e promove uma educação pautada no antirracismo e valoriza a cultura local. Estas pesquisas, Quadro 01, foram executadas entre os anos entre 2018 e 2024.

Quadro 01. Pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Como critérios de seleção consideramos: Pesquisadores da UFES; Pesquisas que utilizaram como bases a Lei 10.639/2003; Ênfase nas práticas culturais do Congo e do Jongo e Educação Antirracista e Formação de Professores.

TÍTULO	AUTOR	ANO	PROGRAMA
“ O Percurso Histórico da CEAfro: Contribuições, Desafios e Políticas Educacionais para Implementação da Lei nº 10.639/2003 no Município de Vitória”.	Kátia Alexandra Santos Batista	2018	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE)
“Processos Educativos na Comunidade Jongueira de Anchieta: práticas de Enfrentamento ao Racismo na Educação de Jovens e Adultos”	Francisco de Assis Xavier	2019	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE)
“Sociologia no Ensino Médio: Lei nº 10.639/2003 e Formação Antirracista”	Yamília de Paula Siqueira	2020	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE)
“No movimento do Jongo: A Educação Física e as Relações Étnico- Raciais na Escola”.	Gleisiele Saraiva Rangel	2020	Mestrado em Ensino na Educação Básica (PPGEEB)
“Entrelaçando Saberes e Narrativas: Formação de Professoras/es e Lideranças Quilombolas em Conceição da Barra/ES”	Noelia da Silva Miranda de Araújo	2020	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE)
“Capixabandos e Conversações e Jurisprudências em frente à Prescrição Curricular no Espírito Santo: O Congo Como Máquina de Guerra Nômade”	Lucas Borges Soeiro	2022	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)
“Identidade Cultural e o Congo Capixaba de Cariacica nas aulas de Educação Física: Da Prescrição ao diálogo Docente Colaborativo”.	Patrick Gabrielli Alves	2024	Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB)
“ Memória, Fé e Resistência: Contribuições das Mulheres do Jongo de Linharinho para a Educação Quilombola”.	Wallace Linhares Julio	2024	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE)

Para valorizar e inserir esse trabalho nessa rede, dialoguei com as pesquisas de Batista (2018), Xavier (2019), Siqueira (2020), Araújo (2020), Rangel (2020) Soeiro (2022) Alves (2024) e Julio (2024).

O objetivo da dissertação intitulada “O Percurso Histórico da CEAfro: Contribuições, Desafios e Políticas Educacionais para Implementação da Lei nº 10.639/2003 no Município de Vitória”, desenvolvida pela pesquisadora Kátia Alexandra Santos Batista em 2018, é analisar o processo histórico de constituição da Comissão de Estudos Afro-Brasileiros (CEAfro), as ações desenvolvidas pela municipalidade, direcionadas a institucionalização da Lei 10639/2003 neste contexto. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa de um estudo de caso, empregados através da coleta de dados, análise documental e entrevistas semi-estruturadas com os profissionais que atuaram na CEAfro no período de 2004 a 2014. Os documentos pesquisados foram as legislações e publicações da Secretaria Municipal de Educação relacionadas à lei antirracista com vistas a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no sistema municipal de Educação do Município de Vitória.

A dissertação “Processos Educativos na Comunidade Jongueira de Anchieta: práticas de Enfrentamento ao Racismo na Educação de Jovens e Adultos”, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) de Francisco de Assis Xavier investiga a prática cultural do Jongo e como esse saber comunitário pode ser utilizado no espaço escolar para fortalecer o debate das relações étnico-raciais. O pesquisador articulou importantes referenciais teóricos e fez uma pesquisa de campo aprofundada, com maestria demonstrou como a prática do Jongo se relaciona com construção identitária dos e das docentes, ultrapassando ainda os limites dos muros da escola, atravessando mesmo a construção desses sujeitos.

Já a dissertação “Sociologia no Ensino Médio: Lei nº 10.639/2003 e Formação Antirracista” de Yamília de Paula Siqueira, defendida pelo Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) acompanhou o processo de formação de professoras e professores do curso de Ciências Sociais para observar como a Lei 10.639/2003 é aplicada na prática e quais são os efeitos de tal aplicação. A pesquisadora demonstra a importância desse aparato legal para se pensar no processo de formação dos e das discentes, enquanto uma prática crucial para se construir um ambiente escolar antirracista.

Em 2020 Gleisiele Saraiva Rangel conduziu uma pesquisa acadêmica sobre a prática do Jongo no município de São Mateus buscando articulá-lo às práticas de ensino da disciplina de Educação Física, gerando a dissertação: “No movimento do Jongo: A Educação Física e as Relações Étnico- Raciais na Escola”. Para compor a narrativa, a pesquisa utiliza como principais fundamentos teórico-metodológico de GIL (2012) e Richardson (2012). Traz ainda como referenciais teóricos, MUNANGA, GOMES, ALMEIDA e SILVA e entre outros para

dimensionar o tema no contexto das políticas públicas de educação voltadas às temáticas do racismo, racismo institucional e educação das relações étnico-raciais, racismo e movimento negro.

A autora Noelia da Silva Miranda de Araújo em sua dissertação “Entrelaçando Saberes e Narrativas: Formação de Professoras/es e Lideranças Quilombolas em Conceição da Barra/ES”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) relata a necessidade da formação de professoras/es e lideranças quilombolas a fim de garantir a implementação da lei 10639/2003 e a lei 11.645/2008, visando o fortalecimento das comunidades quilombolas. A pesquisadora busca a valorização e pertencimento à cultura da comunidade quilombola, enquanto um território negro de resistência e luta.

No que se refere à Lucas Borges Soeiro, em sua dissertação “Capixabandos e Conversações e Jurisprudências em frente à Prescrição Curricular no Espírito Santo: O Congo Como Máquina de Guerra Nômade”, apresentada ao Programa de Pós Graduação de Mestrado em Educação (PPGE), se coloca na disputa pelo currículo, a saber, Base Nacional Curricular (BNCC) e Currículo do Espírito Santo (CES), tomando o congo como uma máquina de guerra nômade (Deleuze e Guattari). O pesquisador interpreta o Congo como prática cultural que foi criada e é recriada no cotidiano enquanto uma prática de resistência negra, que se coloca à revelia do Estado. Defendendo a importância dessa discussão atravessar o ambiente escolar.

Mais recentemente, em 2024, no trabalho intitulado “Identidade Cultural e o Congo Capixaba de Cariacica nas aulas de Educação Física: da Prescrição ao diálogo Docente Colaborativo”, o pesquisador Patrick Gabrielli Alves realizou uma análise detalhada de documentos normativos, ao mesmo tempo em que refletiu sobre as narrativas construídas a partir de um processo de diálogo colaborativo entre os docentes participantes da pesquisa. O autor destacou a relevância de uma prática docente que vá além da simples transmissão de conteúdos prescritos, enfatizando a necessidade de um ensino que considere as experiências socioculturais dos estudantes como elemento central do processo educativo. Essa abordagem busca promover um desenvolvimento pessoal, social e formativo mais equitativo e significativo. Além disso, Alves apontou que o diálogo entre os professores favorece a produção de saberes docentes contextualizados, contribuindo para o enriquecimento das práticas pedagógicas e para a construção de novas possibilidades educativas que dialoguem com a realidade cultural dos alunos.

A dissertação “Memória, Fé E Resistência: Contribuições Das Mulheres Do Jongo De Linharinho Para Educação Quilombola” defendida por Wallace Linhares Julio de 2025, parte das seguintes questões: Como pensar a Educação Escolar em uma comunidade quilombola? Como resgatar a memória das mulheres do jongo de Conceição da Barra, valorizando sua fé e sua resistência de maneira que possam contribuir para a educação escolar quilombola? A ausência dessa discussão em uma escola pertencente ao Território Quilombola do Sapê do Norte

foi o dispositivo para pensarmos a pesquisa, compreendendo o processo de enfrentamento racial e de gênero, mas também as narrativas que chegam à escola carregadas do estereótipo racista brasileiro. Este estudo evidenciou que as jongueiras desempenham um papel fundamental na preservação das práticas quilombolas, na transmissão de saberes, na afirmação da identidade e no exercício da cidadania. Além disso, elas contribuem para o fortalecimento de lideranças femininas e são essenciais na construção de currículos escolares que valorizem a população negra e promovam uma Educação Antirracista.

1.2. DEMARCAÇÕES TEÓRICAS EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Para compreender o Congo enquanto Patrimônio Material e Imaterial negro, precisamos definir previamente quem foram os e as intelectuais que forneceram conceitos e teorias norteadoras de nossa análise criticamente racializada. Para tanto nas linhas que se seguem destacamos quem são tais intelectuais e seus respectivos conceitos e teorias.

Nesse sentido cabe entrarmos nessa encruzilhada munidos do debate feito pelo Antropólogo Kabengele Munanga, que em suas obras (1999, 2004) faz um esforço conceitual para definir o que é raça, racismo e etnia. Munanga parte da observação de que a difusão e os usos deliberados de tais conceitos criam uma multiplicidade conceitual que pode levar tanto intelectuais e ou militantes, quanto pessoas da massa que façam um debate racial consciente e ou inconscientemente a conclusão imprecisas. Por exemplo, quando falamos de ‘relações étnico- raciais em Nova Almeida’ que informações podem ser subtraídas? Será que vamos falar de quais etnias da África, Europa e América vieram para Nova Almeida? - Será que tal informação existe? - Será que estamos falando de como as raças - negras, brancas e amarelas - interagiram na formação do Espaço Social de Nova Almeida? Ou será que estamos sinalizando um debate politicamente instituído que se coloca contra o apagamento da população negra na matriz cultural do nosso país?

Segundo Kabengele Munanga (2024) “(...) na história das ciências naturais, o conceito de raça primeiramente usado na zoologia e na botânica para classificar espécies de animais e vegetais” (p.17) foi posteriormente apropriado cientistas europeus, que manipularam a ciência para justificar a superioridade europeia frente aos demais povos que foram sendo “descobertos”, ou encobertos, pela Europa. Assim, o conceito de raça antes aplicado pelas ciências da natureza para classificar os grupamentos humanos foi apropriado pelas ciências humanas, agora não somente para classificar mas sobretudo para hierarquizar, instituindo a raça como um atributo socialmente determinado.

“Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas (...) Infelizmente desde o início eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. E o fizeram estabelecendo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores ao do raça “negra”, “amarela”, em função das suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio, a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que, segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e, conseqüentemente, mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, a mais escura de todas, considerada por isso, como a mais estúpida, mais emocional, menos honestas, menos inteligente e portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (p.21-22).”

Com o desenvolvimento das ciências da natureza o conceito de raça foi considerado ultrapassado, contudo seus usos sociais, no qual as raças foram divididas entre branca, negra e amarela, permaneceram no imaginário coletivo e nas práticas segregacionistas que cimentaram o ocidente tal qual o conhecemos hoje. Portanto quando nos referimos atualmente a esse conceito é compreendendo “(...) a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (p.23).

“O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc., que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. (Munanga, p.24)”

Portanto, o racismo é esse processo, no qual a raça passa a valorizar um grupo social em detrimento do outro. Assim, o racista é aquele que vê os traços culturais brancos como superior aos dos negros. Um exemplo poderia ser a música clássica, considerada como uma prática sofisticada, refinada e apreciável. Enquanto o congo é visto, por uma grande parcela da sociedade, como rudimentar, sem muita riqueza de detalhes e conhecimentos, na maioria dos casos.

Quanto ao conceito de etnia, este entrou em vigor paralelamente ao conceito de raça. A noção de etnia, surgida nas ciências humanas, serviria para designar um grupo de indivíduos que possuem um ancestral comum e compartilham território, idioma, história, religião e cultura. Trata-se de uma comunidade humana caracterizada por semelhanças linguísticas, culturais e aspectos genéticos. Etnia portanto, se constituiria como um modo mais aceitável para se referir a diferença entre os povos. Mas como sua função, na

prática, permanece sendo a mesma que a da raça, a saber, hierarquizar e essencializar, o racismo continua a se perpetuar agora por meio desse ‘mais novo’ conceito:

“Enquanto o racismo clássico se alimenta da noção de raça, o racismo novo se alimenta da noção de etnia definida como uma categoria cultural, categoria que constitui um léxico mais aceitável que a raça (falar politicamente correto) (Munanga, 2004, p.27).”

Compreendendo uso de raça no contexto social e os racismo advindo dessa prática, o movimento negro busca reverter esta identidade negra numa perspectiva mobilizadora. Ou seja, ‘se dizem que sou negro, por que não sou branco nem amarelo e por que sou inferior, eu digo que ser negro é ser forte, é ser inteligente, é ser bonito’. Vejam que a apropriação da categoria raça aqui faz alusão a um contingente populacional gigantesco que, saindo do continente africano, passou pela mesma experiência de violência colonial infligida pelos europeus.

“Mas, no plano político, pode-se, a partir da tomada de consciência da exclusão fundamentada na discriminação racial (raça aqui entendida no sentido sociológico e político-ideológico) construir uma identidade negra mobilizadora, pelo fato de todos serem, apesar de oferecerem identidades regionais diferentes, coletivamente submetidas à dominação do segmento branco e constituírem o segmento social mais subalternizado da sociedade. Uma tal identidade, embora passe pela aceitação da negritude e das particularidades culturais negras, tem um conteúdo político e não cultural, pois alguns negros não vivem as peculiaridades culturais e religiosas de seu grupo histórico e não deixam de participar das identidades religiosas dominantes como o catolicismo, o protestantismo, etc. É dentro dessa perspectiva política ou ideológica que devemos entender o discurso militante referente a ‘identidade racial negra’, ‘identidade étnica negra’ e ‘identidade étnico racial negra’. A questão é saber se todos tem consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair do biologismo, pensando que os negros criam cultura e identidades negras como laranjeiras produzem laranja e mangueiras produzem mangas. Esta identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras, da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que, além de buscar a unidade nacional, visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do status quo (Munanga, 2004, p.33).”

Portanto, nesta pesquisa, ao utilizarmos as categorias “negro” ou “relações étnico-raciais”, fazemos isso intencionalmente a partir de uma perspectiva política e crítica dessas expressões. Trata-se de um uso que reconhece o caráter histórico e socialmente construído da identidade negra como uma identidade mobilizadora, que busca visibilidade, reconhecimento e direitos no contexto das lutas antirracistas no Brasil. Ao recuperarmos o Congo enquanto uma expressão étnico-racial, compreendemos que essa manifestação cultural é muito mais do que um simples elemento folclórico ou artístico: ela se configura como um espaço de resistência, afirmação e fortalecimento da identidade política negra.

É importante destacar, contudo, que essa leitura não pressupõe uma homogeneização das experiências dos sujeitos negros, tampouco significa que apenas pessoas negras participam ou devem participar do Congo. Reconhecemos a diversidade e a pluralidade que marcam a constituição dos grupos culturais e das vivências identitárias. Afinal, os sujeitos são múltiplos, atravessados por diferentes marcadores sociais e não podem ser reduzidos a uma única identidade essencializada. Paralelamente a essa compreensão, ressaltamos que o Congo, enquanto prática cultural e socialmente engajada, contribui significativamente para o fortalecimento da identidade política negra. Esse fortalecimento representa um ganho não apenas para os sujeitos diretamente envolvidos na manifestação, mas para a sociedade brasileira como um todo, especialmente para a parcela majoritária da população que se reconhece como negra e que historicamente teve sua história invisibilizada. O reconhecimento do Congo pelo Estado e pela população em geral, portanto, representa um avanço na luta por memória, valorização e justiça social.

Segundo Frantz Fanon, a raça é um elemento de um processo histórico decorrente do embate entre colonizadores e colonizados. O racismo atua como uma força central na modernidade, sustentando a divisão dualista entre a "zona do ser" e a "zona do não-ser" (Fanon, 2008).

No livro "Memórias de Plantação" da autora Grada Kilomba; 2019, ela descreve sobre episódios de racismo no cotidiano: “ [...] é preciso combater as práticas racistas e superar as estruturas opressoras historicamente consolidadas. É explícito que o racismo é uma prática que nos leva ao passado colonial e se configura na sociedade de modo a traumatizar o sujeito. (Kilomba, 2019, p. 974)”.

Esta obra nos provoca, desde o princípio, uma reflexão sobre como o conhecimento e a ideia de sujeito, enquanto ser político, social e individual, estão intimamente conectados ao surgimento de um horizonte político-discursivo voltado para a retórica majoritariamente branca, o que leva à subordinação das identidades que rotuladas politicamente como periféricas, subalternas e marginalizadas.

Autores como Kabengele Munaga (1999 e 2004), Grada Kilomba (2019) e Franz Fanon (2008) corroboram nossa perspectiva de fortalecimento da identidade política de toda a comunidade envolvida nas práticas culturais do Congo. No sentido de combater as práticas racistas e superar as estruturas opressoras, através da construção de uma identidade negra mobilizadora, contruída pelo sentimento de pertencimento.

1.3. LEI 10.639/03 E 11.645/08

A Lei 10.639/2003 estabelece que o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana seja obrigatório no ensino fundamental e médio, com o objetivo de informar crianças e adolescentes sobre a relevância histórica das pessoas negras.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Sua aprovação é fruto da longa história de lutas dos movimentos negros brasileiros, pelo reconhecimento e pela reparação das desigualdades. É vista como marco do avanço no tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal, já que segundo Cury (2000) declarar direitos é um recurso político-pedagógico que expressa um modo de conceber as relações sociais dentro de um país.

Já a Lei 11.645/2008 amplia determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena nas mesmas etapas de ensino.

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar,

em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”
(NR)

Ambas as leis têm como metas democratizar o acesso à educação, considerar a contribuição de todas as raças na construção da história brasileira, empoderar as culturas negras e indígenas, e valorizar os costumes, credos e tradições dessas comunidades.

Um marco que definiu a estratégia para pressionar o estado brasileiro na efetivação das Leis 10.639/03 E 11.645/08 aconteceu em 12 de agosto de 2015. No chamado Dia da Revolta dos Búzios, organizações do movimento negro em diversos estados do Brasil, a partir de uma iniciativa do Centro de Cultura Negra do Espírito Santo – CECUN, se uniram e lançaram a Campanha Nacional pela Implementação das Leis 10.639/03 E 11.645/08. Nesse processo, foram solicitadas informações ao Ministério da Educação e a outras instituições federais, além de recomendações para que as promotorias regionais da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão acompanhem. Essas leis são hoje o principal instrumento de luta contra o racismo dentro do campo educacional.

1.4 RAÇA E RACISMO NO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo foi uma das primeiras capitanias hereditárias do Brasil e teve forte participação no sistema escravocrata. A presença negra no estado remonta ao século XVI, com a chegada de africanos escravizados para o trabalho nas lavouras de açúcar e, mais tarde, no café. Após a abolição da escravidão, assim como em outras partes do Brasil, não houve políticas de inclusão para os negros libertos, o que levou à marginalização dessa população. Segundo Maciel (2016) é difícil definir com precisão a origem da população negra no Espírito Santo:

“[...] no território capixaba do século XIX, podiam ser encontrados africanos escravizados juntamente com negros transferidos, principalmente da Bahia e de outras regiões do Nordeste, Rio de Janeiro e Minas Gerais, incluindo a movimentação migratória pós-republicana. Isso significa que para compreender a origem dos negros capixabas do século XX deve-se também considerar a movimentação migratória dos grupos negros que chegaram vindos de outras regiões do País e as miscigenações diversas ocorridas ao longo do tempo. Documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores. Entretanto, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só ocorreu após 1561 (Maciel, 2016. p.54).”

Assim, falar da origem dos negros capixabas é pensar os remanescentes de muitas culturas e etnias africanas, somando a isso às miscigenações ocorridas com os brancos e os indígenas, e nessa resultante mestiça deve-se incluir ainda a participação, mesmo que

em escala pequena, dos brancos da grande imigração europeia e asiática e dos brasileiros em geral (Maciel, 2016).

De acordo com Salentto (2000) nem a extinção do tráfico mundial impediu que novamente o número de cativos em terras capixabas quase dobrasse até 1872, através da importação de escravos de outras províncias para atender à expansão cafeeira. O Espírito Santo era a segunda província em proporção de escravos na população 1 para 2,6 livres -, atrás apenas do Rio de Janeiro, com 1,6, enquanto a média nacional era de 5,5 habitantes livres por escravizados.

No início do século XX, o Espírito Santo já abrigava mais de 50 mil imigrantes, principalmente italianos, alemães, pomeranos e portugueses. Entre 1910 e 1920, a imigração no Brasil foi reduzida devido à guerra, mas alguns alemães, italianos e poloneses ainda chegaram ao Espírito Santo. Após o fim da Primeira Guerra (a partir de 1918), a imigração europeia aumentou novamente, com um novo fluxo de italianos e alemães.

Bernardo Neto (2017) ressalta que uma das características mais marcantes dos espaços transformados pela colonização europeia na modernidade é a exclusão dos povos colonizados

- os habitantes originários dessas regiões - das representações históricas desses territórios. Quando mencionados, são frequentemente reduzidos à condição de não sujeitos escravizados, uma vez que o protagonismo nessas narrativas pertence exclusivamente aos colonizadores europeus e seus descendentes. Esse fenômeno resulta em uma visão extremamente eurocêntrica da história desses espaços, podendo ser compreendido como uma manifestação particular de racismo, já que a exclusão ocorre com base em critérios raciais, onde apenas os “brancos” são reconhecidos como sujeitos históricos.

Essa característica histórica tem impactos profundos nas identidades e relações de poder entre os grupos que coexistem nesses territórios. A forma como o tempo e o espaço são representados desempenha um papel essencial nos processos de territorialização e na consolidação da hegemonia de determinados grupos sobre esses espaços. Para Bernardo Neto (2017) no Espírito Santo, essa dinâmica se reflete de maneira marcante nas representações hegemônicas presentes em sua historiografia e na forma como a memória coletiva de seus municípios e regiões é moldada pelas instituições do poder público e da sociedade civil. A historiografia tradicional reforça esse viés eurocêntrico e racista,

promovendo representações nas quais indígenas e afro-brasileiros ora são invisibilizados, ora reduzidos à condição de objetos históricos. Nessas narrativas, a centralidade do protagonismo branco se mantém, enquanto as demais categorias étnico-raciais são apagadas ou retratadas de maneira desumanizada.

Na obra ‘Pele negra máscaras brancas’ Franon (2008) expõe uma metáfora fundamental: a ‘máscara branca’ que o negro tenta vestir para ser aceito em um mundo dominado pelo branco. Isso representa o esforço de se conformar aos padrões do colonizador para escapar da exclusão — mas isso, em vez de libertar, aprofunda a desumanização. É um processo de autoapagamento. Isso fica evidente no caso do nosso estado. Como vemos no quadro abaixo a maioria da população se declara ‘Parda’ e mesmo com mais da metade da população capixaba sendo, não-branca, o Espírito Santo ainda é conhecido pela colonização europeia.

Quadro 02. População residente por cor ou raça no ES

Cor/Raça	Nº de pessoas	Percentual comparado
Parda	1.908.803	49,8%
Branca	1.479.275	38,6%
Preta	429.680	11,2%
Indígena	14.410	0,3%
Amarela	14.268	0,1%

Fonte: IBGE.

O levantamento atual revelou que, entre o Censo de 2010 e o de 2022, a população indígena do Espírito Santo foi a que mais aumentou (50,3%), seguido da preta (46,5%) e da parda (11,7%). Já a população que se declara amarela diminuiu 80,6%, seguido pela população branca, que apresentou uma queda de 0,2%.

Além disso, dos 75 municípios do Espírito Santo, 43 têm a maioria da população autodeclarada parda e outros 35 com a maioria que se identifica como brancas. Neste contexto a Secretaria da Educação (Sedu), por meio da Comissão Permanente de Estudos Afro- Brasileiros (CEAFRO) está implementando o Programa de Enfrentamento ao Racismo nas escolas da rede pública estadual do Espírito Santo, em execução desde o início dos trabalhos da CEAFRO, criada por meio da Portaria 114-R, de 2019. As ações

do Programa e a constituição de práticas pedagógicas antirracistas serão registradas como material de apoio pedagógico – Caderno Orientador voltado à Educação das Relações Étnico-Raciais nos espaços escolares e disponibilizado para apoiar a rede escolar.

Todos os documentos terão como base as Leis nº 10.639, de 2003 e nº 11.645, de 2008, que tratam do ensino sobre a História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Os grupos de trabalho serão formados por profissionais da rede e terão o papel de propor ações pedagógicas sobre a temática étnico-racial, visando ao enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

As informações coletadas nesta pesquisa foram reunidas em um site que pretende servir de apoio às escolas da rede estadual, dentro do contexto do CEAFFRO, com o objetivo de fortalecer o ensino das relações étnico-raciais, promover a valorização da cultura afro-brasileira e subsidiar práticas pedagógicas antirracistas, conforme orienta a Lei 10.639/2003.

2 MUNICÍPIO DE SERRA-ESPÍRITO SANTO

O município possui uma área territorial de 551 km² e com uma densidade demográfica de 739 habitantes por km². Conforme o Decreto-Lei nº 15.177/1943 a Serra passa a ser formada por 5 Distritos: Calogi, Carapina, Nova Almeida, Queimado e Serra. O município de Serra tem apresentado, ao longo dos anos, um crescimento populacional considerável, passando de 82.581 habitantes em 1980 (IBGE 1980) para 409.267 habitantes em 2010 (IBGE 2010), tendo um crescimento de 495%, se tornado o segundo município mais populoso do Espírito Santo.

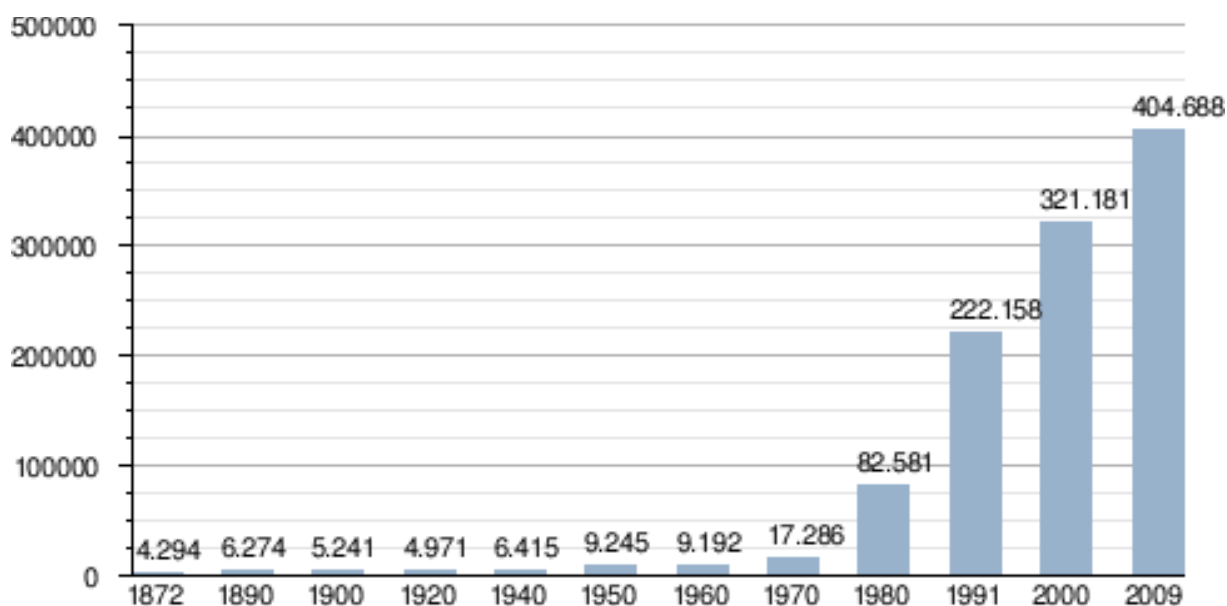


Imagem 01. Evolução demográfica da cidade da Serra/2024.

Segundo o Censo de 2010 do IBGE, aproximadamente 67% da população da Serra se autodeclarava preta ou parda, refletindo a forte presença afrodescendente no município. Com uma população estimada em 536.765 habitantes em 2024. Apesar de serem maioria, a população preta e parda enfrenta desafios significativos. A Serra é uma das cidades mais perigosas para jovens negros no estado, com altos índices de homicídios.

O município de Serra também tem uma história de lutas pela igualdade racial. Uma das maiores revoltas de escravizados do Espírito Santo, ocorreu na Serra, em 1849. Na comunidade do Queimado, existia uma promessa feita aos escravizados de que, caso construíssem uma igreja, seriam libertos. Movidos pela fé e pela esperança da liberdade muitos participaram da construção da Igreja de São José do Queimado.

Porém, quando a igreja foi concluída, os senhores descumpriram a promessa de alforria. Revoltados com a traição, cerca de 300 escravizados se organizaram no levante que ficou

conhecido como Insurreição de Queimados. A insurreição foi liderada pelos negros Chico Prego, João da Viúva, Ventura, Marcelino e Elisiário, entre outros. A revolta foi brutalmente reprimida, tornando-se um marco na luta por liberdade, sendo lembrada até hoje como símbolo de resistência negra no Brasil. Francisco de São José, o "Chico Prego", assim como os demais, foi capturado e condenado à morte por enforcamento em 11 de janeiro de 1850.

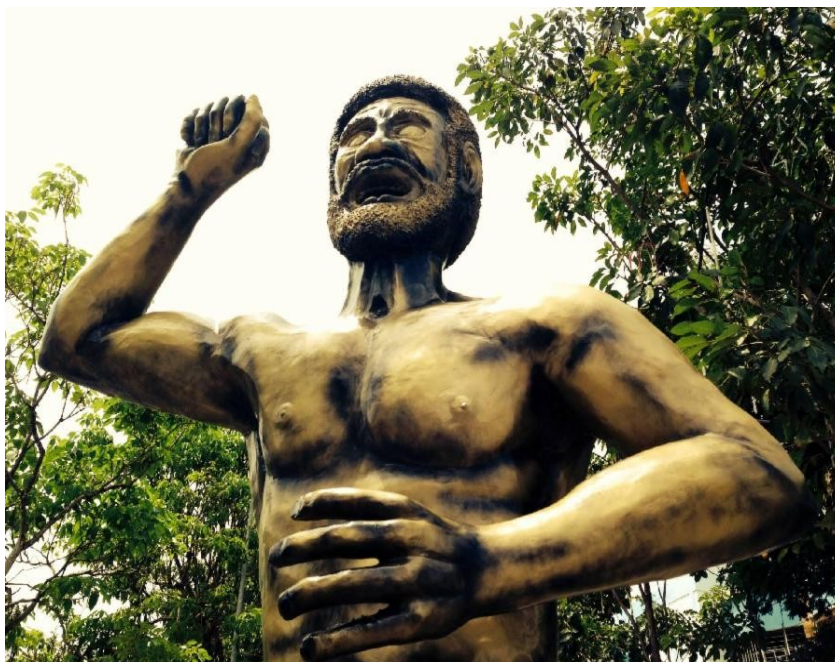


Imagem 02. Estátua de Chico Prego na Praça Almirante Tamandaré em Serra Sede.

Fonte: Acervo pessoal da autora/2025

Em 2006 uma estátua com cerca de 3 metros de altura, realizada pelo artista Genésio Jacob Kuster, o 'Tute', foi erguida em homenagem ao líder Chico Prego. Além disso, a Lei do incentivo cultural no Espírito Santo é conhecida como "Lei Chico Prego".



Imagem 03. Ruínas da Igreja de São José dos Queimados.

Fonte: Site Terra Capixaba/2020

A Prefeitura da Serra restaurou o sítio histórico de Queimados em 2020, atualmente aberto à visitas. Nesse trabalho de restauro, foram preservados diversos elementos da arquitetura original da Igreja de São José do Queimado, como o arco do cruzeiro, a pedra do átrio, o piso antigo e a escada.

A população negra da Serra contribui significativamente para a cultura local, mantendo vivas tradições como o Congo, uma das principais manifestações afro-brasileiras. Segundo o levantamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) durante os anos de 2014 e 2015, representado no mapa abaixo, foram identificadas 51 Bandas de Congo distribuídas em diferentes municípios do estado do Espírito Santo. Dentre esse conjunto expressivo de grupos, destaca-se o município da Serra, que concentra 10 dessas bandas, evidenciando sua relevância histórica e cultural no cenário do Congo capixaba. As bandas localizadas na Serra são: Congo Folclórico São Benedito, Banda de Congo de São Benedito e São Sebastião de Nova Almeida, Banda de Congo de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário de Pitanga, Banda de Congo de São Benedito de Santiago, Banda de Congo Konshaça, Banda de Congo Nossa Senhora da Conceição de Jacaraípe, Banda de Congo Santo Expedito, Banda de Congo de São Benedito de Campinho da Serra II, Banda de Congo Cultura Congo de Bicanga e Banda de Congo Jovens de Manguinhos. Essa concentração de grupos na Serra evidencia a forte presença e continuidade da tradição congueira no município, revelando sua importância como território de resistência, memória e preservação das práticas culturais afro-brasileiras.

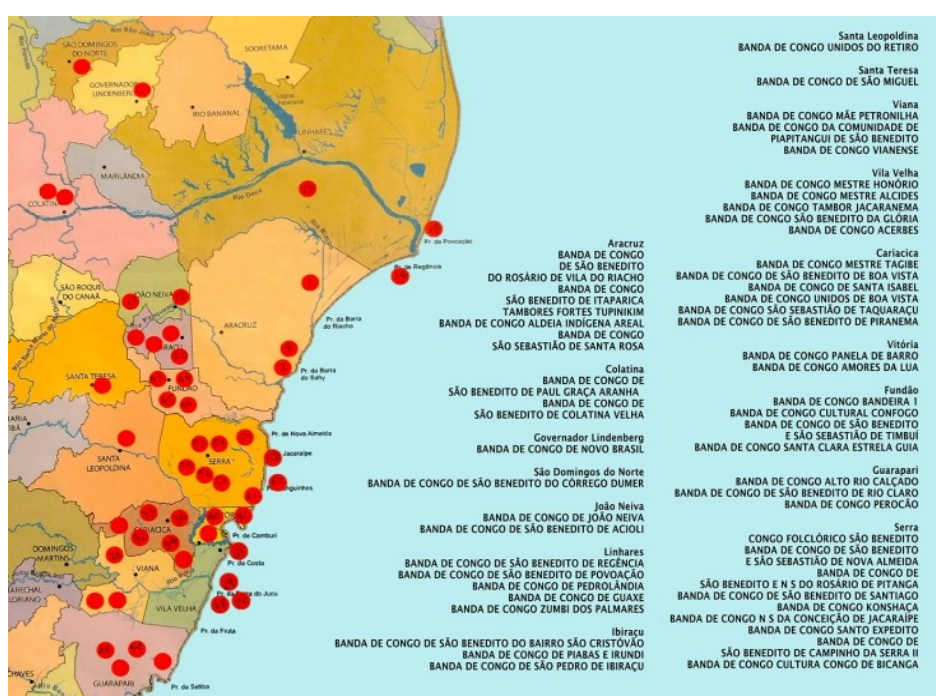


Imagem 04. Mapa das bandas de Congo, segundo o levantamento do IPHAN (2014-2015).

É possível conhecer mais sobre a história do Congo no Museu Histórico da Serra. Localizado em um casarão construído em 1862, foi fundado em 2007, o museu abriga a Biblioteca Pública Municipal. Em uma sala reservada encontramos em seu acervo: Instrumentos, fotos e obras de arte ligadas à cultura do Congo.



Imagem 05. Instrumentos do acervo do Museu Municipal da Serra.

Fonte: Acervo da Autora/2025

A Associação das Bandas de Congo da Serra (ABC-SERRA), é outro espaço cultural de promoção, valorização, manutenção e preservação da memória do congo serrano. É uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em 09 de julho de 1986 pelo Mestre Antônio Rosa. Em 2013, a ABC-SERRA inaugurou a sua sede oficial no bairro São Domingos, na Serra Sede.

Reconhecido com um ‘Ponto de Memória’ do município, o espaço conta com um acervo histórico permanente (material iconográfico, vestimentas, instrumentos, etc.). Parte deste acervo, já pertenceu à antiga Casa de Congo Antônio Rosa ou Museu do Congo.



Imagem 06. Fachada da ABC-Serra.

Fonte: Acervo da Autora/2025

Possui estrutura completa para reuniões e atividades da entidade. A associação oferece palestras e cursos para a comunidade. Atualmente, a sede recebe visitas de instituições de ensino, estudantes de nível superior, pesquisadores e todos que buscam conhecer mais sobre o Congo da Serra. Conta também com uma exposição itinerante que é utilizada para divulgação cultural principalmente em escolas, comunidades e outros centros culturais.

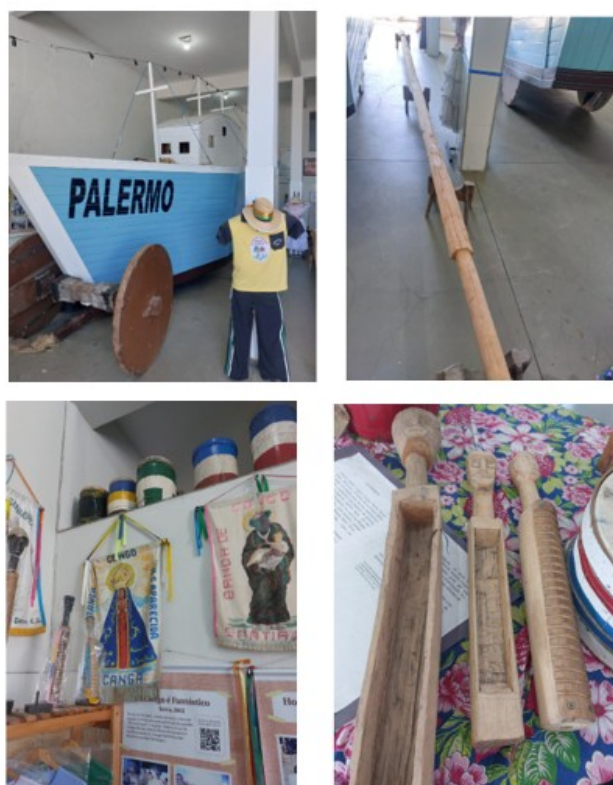


Imagem 07. Exemplos do Acervo da Associação das Bandas de Congo.

Fonte: Acervo da Autora/2025.

à Fundão, desde 1938 é parte importante do município da Serra (Boa Morte, 2013).”

A Igreja e a Residência dos Reis Magos foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1943. Segundo o site do IPHAN na época do tombamento a construção encontrava-se em estado de ruínas, porém, entre os anos de 1944 e 1945 o monumento foi restaurado. Entre 1987 e 1988 a igreja sofreu uma nova obra de restauração.

Foi construída por volta de 1580, sendo uma das igrejas mais antigas do Brasil. Sua importância está na arquitetura do século XVI e nas tecnologias de construção possivelmente utilizadas, de origem indígena e africana.



Imagem 09. Igreja dos Reis Magos.

Fonte Acervo do IPHAN/2020

Em 2024, depois de nova reforma o espaço foi modernizado ganhando o Centro de Interpretação Aldeia dos Reis Magos com espaços modernos totalmente renovados: Sala de Pertencimento: Este espaço valoriza o vínculo afetivo da comunidade com o monumento. Fotografias de 30 moradores de Nova Almeida foram feitas pelo fotógrafo Edson Chagas, revelando expressões que simbolizam a relação das pessoas com o local. A proposta é mostrar que o monumento é vivo e faz parte da memória coletiva, reforçando o sentimento de pertencimento e continuidade histórica entre gerações.

Sala da Arte Indígena: A sala apresenta objetos arqueológicos encontrados em Reis Magos e em outras aldeias capixabas, resgatando a memória e cultura dos povos indígenas da região. Esses elementos ajudam a contextualizar a presença e a importância dos indígenas antes e durante a atuação dos jesuítas, destacando suas contribuições e modos de vida.

Sala Indígena (Realidade Virtual): Nesta sala imersiva, os visitantes vivenciam uma experiência sensorial e histórica através da realidade virtual. Sentados em canoas com óculos VR, são conduzidos por uma narrativa poética que os leva de volta aos séculos XVI e XVII, onde conhecem a cultura indígena, os padres jesuítas e a paisagem da época. A voz narradora encerra com uma reflexão sobre o tempo e a história como algo contínuo e presente.

Espaço do Aldeamento: Este espaço mostra como as missões jesuíticas foram fundamentais na formação de cidades brasileiras. Uma grande parede com fachadas de templos jesuítos em terracota, criadas pelo artista Bruno Castelo, representa essas missões. Há também uma mesa digital interativa com um mapa do Brasil, onde o visitante pode explorar os locais de atuação dos jesuítas, conectando passado e presente urbano.

Sala do Patrimônio Arquitetônico: Um espaço educativo que conta a evolução arquitetônica e histórica do local desde a missão até os dias atuais. A sala traz uma maquete digital, paredes com técnicas construtivas históricas (como pau a pique e pedra com cal e ostra) e objetos originais da construção. Um vídeo de oito minutos apresenta, com qualidade visual, a trajetória de Reis Magos.

Sala dos Ofícios: Aqui são destacados os saberes e atividades produtivas dos indígenas, como o cultivo e beneficiamento do algodão em Reis Magos. Elementos como roca de fiar, rede de buriti e tipipi ilustram essas práticas. Um vídeo artístico mostra todo o ciclo do algodão, promovendo uma imersão sensorial. A obra de Kyria Oliveira homenageia o trabalho manual dos povos originários.

Banco Casamenteiro: O local também guarda uma lenda romântica da cidade: o Banco Casamenteiro, transferido da praça para o monumento. Diz-se que soldados que vieram com Dom Pedro II se apaixonaram pelas moças locais enquanto sentavam nesse banco. Desde então, acredita-se que quem se senta nele é pedido em casamento, perpetuando a tradição popular e afetiva.

Espaço dos Jesuítas / Santo Inácio de Loyola: Este espaço destaca a história da Companhia de Jesus, fundada em 1534, e seu papel no Brasil. A exposição começa com o lema jesuíta “Para a maior glória de Deus” e culmina com uma imagem restaurada do século XVII de Santo Inácio de Loyola, colocada em um nicho artístico. O ambiente celebra a espiritualidade e o legado educacional e cultural dos jesuítas.

Torre Sineira: Pela primeira vez aberta à visitação, a Torre Sineira oferece uma experiência sensorial com sons históricos dos sinos, que antigamente eram o único meio de comunicação na aldeia. Com fones de ouvido, o visitante ouve os diferentes toques que anunciavam eventos importantes. Textos explicativos de uma professora e de Fernando

Pessoa enriquecem a compreensão do espaço.

Pátio Central e Obra “O Tempo”: O pátio, principal área da arquitetura jesuítica, era aberto à comunidade para atividades como catequese. No centro do gramado foi instalada a escultura “O Tempo”, de Vilar, uma ampulheta moderna com oito placas de granito que representam constelações indígenas. A obra reforça a relação entre o tempo, a natureza e a história, destacando o monumento como um relógio solar.

Nova Almeida é ainda uma comunidade ribeirinha, onde muitas famílias vivem da pesca e catação de caranguejos. É comum ver os pescadores vendendo seu peixe na peixaria da praça ou nas calçadas ao longo da ES-010, quando a pesca é farta.

O Rio é um personagem importante na vida do bairro. Antigamente os indígenas da região o chamavam de Apiaputanga¹, águas do homem vermelho em tupi, mas com a Vila, passou a ser chamado de Rio Reis Magos. O rio, a ‘ponte velha’, a ‘beira rio’ e o manguezal são marcas deste território.



Imagem 10. Vista de Nova Almeida de 1908.

A imagem 10 mostra uma reprodução da fotografia tirada por Euty chius D' Oliver, em 1908, vemos a vista, tomada nas proximidades da região onde se encontra a atual ponte que une Nova Almeida e Praia Grande, o fotógrafo registra de forma eficaz o antigo desenho do Rio Reis Magos. Toda a região do rio vista na fotografia sofreu aterro na década de 50 para o alargamento da via beira mar. O cotidiano da antiga vila também aparece registrado pela presença dos pescadores exercendo sua atividade numa grande canoa, havendo várias outras ancoradas, à esquerda, ao meio, no antigo Porto. O caminho é a atual Avenida Capitão Bley, com vista tomada em direção da antiga ‘ponte velha’ (Barros, 2002).

¹A palavra deriva de “apia”, homem pintado e “putanga”, derivada de pitanga, vermelho. Em tradução livre seria homem pintado de vermelho (BORGES, 2003).

2.2 HISTÓRICO DE NOVA ALMEIDA

Ao conduzir pesquisas em acervos de Arquivos Públicos, foram identificados registros em fragmentos de periódicos que documentam testemunhos e eventos históricos vinculados à região de Nova Almeida, situada no município de Serra.



Imagem 11. Reportagens do Acervo da Biblioteca Pública da Serra/1580.

Os registros analisados evidenciam que a Aldeia de Nova Almeida foi fundada por volta de 1580. Gradualmente, com a utilização da mão de obra de populações negras escravizadas e indígenas, foram edificadas a igreja, a residência paroquial e uma área externa adjacente. Por volta de 1760, a aldeia foi elevada à categoria de Vila Nova.

O nome Nova Almeida passou a ser utilizado oficialmente em 1757, quando ocorreu a reorganização administrativa da região, culminando em sua elevação à condição de distrito. Ao longo dos séculos, a configuração sociocultural e demográfica da região sofreu transformações significativas. Em 15 de maio de 1931, foi inaugurada uma estrutura viária em madeira, posteriormente denominada Ponte Velha, desempenhando um papel fundamental na mobilidade local. Em 1939, Nova Almeida foi oficialmente integrada à estrutura administrativa do município de Serra, sendo elevada à categoria de distrito.

2.3 O TERRITÓRIO NEGRO: TERRITÓRIO E SUA HISTÓRIA.

Para compreendermos a origem do Congo no Espírito Santo, é necessário conhecer a história da formação sociocultural desse Estado. O tráfico direto de escravizados africanos entre Espírito Santo e África começou em fins de 1621, segundo registra o historiador Basílio Carvalho Daemon (2008). Com a chegada dos portugueses, a introdução dos africanos como escravizados, a imigração estrangeira e a migração interna espontânea, além da presença dos povos indígenas que já habitavam a região, houve um aumento na densidade populacional. Essa miscigenação foi fundamental para definir a identidade capixaba, marcada pela diversidade sócio cultural.

A chegada dos imigrantes europeus ao Estado do Espírito Santo não teve a intenção de substituir os escravizados nas grandes fazendas, diferentemente de outras regiões do país – uma situação que mudou com o fim da escravização. No entanto, devido à falta de recursos para atrair imigrantes, o Espírito Santo recebia apenas uma pequena parte dos imigrantes trazidos pelo Império. Assim, o número de europeus que entrou no estado foi reduzido e ocorreu de maneira destacada em diferentes períodos.

“Ao serem arrancados de seus lugares de origem e escravizados, ao deixarem de pertencer a um grupo social no qual construíram suas identidades, ao viverem experiências de grande potencial traumático, tanto físico como psicológico, os africanos eram compelidos a se integrarem, de uma forma ou de outra, às terras às quais chegavam (Souza, p.128).”

No Brasil, os negros, provenientes de diversos grupos étnicos e falantes de diferentes línguas, foram colocados juntos nas senzalas, sendo privados de seus direitos, cidadania, autonomia e identidade. Eles começaram a reconstruir suas crenças e religiosidade no exílio, através da memória e da reinterpretação de seus costumes africanos. Após a abolição, essas práticas se tornaram importantes “[...] como espaço de sociabilidade capaz de fundar identidades, preservar memórias de ‘tradições’ de uma população historicamente marginalizada” (Cezar, 2010, p.9). Nesse período, iniciaram-se estratégias de resistência, onde os escravizados, começaram a lutar contra a destruição física e cultural causada pela escravização.

“Os negros não abandonaram por conta própria, suas crenças africanas, mas por simbiose, tiveram que adaptar, por influência de missionários portugueses, à religião católica, ressaltando-se então a devoção a São Benedito. Já que os negros se identificaram plenamente com ele [...] já que São Benedito havia assumido o papel de defensor dos movimentos abolicionistas (Neves, apud Elton, P.73).”

O Território da Vila de Nova Almeida, entendido como território construído, traz consigo um emaranhado de histórias e memórias que constituem o que é o Distrito Nova Almeida hoje, ainda que isso só se reflita parcialmente no programa educacional das instituições de ensino do estado, e mesmo do município. Restam lacunas a serem debatidas ou ainda a serem pesquisadas, saberes que se localizam na fala popular e vem progressivamente recebendo mais atenção da academia.

“O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem de ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2007, p. 8).”

Movimento paralelo a esse é a abertura provocada pela implementação das cotas sociais e raciais, e posteriormente a adoção da lei 11.645 que institui o ensino da cultura e história afro- brasileiras, africanas e indígenas. Adentram novos corpos e novos saberes na universidade, que promovem uma virada nos estudos, onde aqueles que antes eram somente objeto de estudo reclamam seu lugar de pesquisadores, e questionam tudo que já foi produzido até aquele momento.

De acordo com Maciel (2016), em seu livro *Negro no Espírito Santo*, no período escravista, o Espírito Santo era uma província agrícola que passou a ser apoiada pelo trabalho dos negros oriundos de outras áreas do Brasil e, também, pela mão de obra importada diretamente da África. O Estado era a capitania com o número de contrabandos de escravizados mais expressivo do Brasil, contando, em 1856, com 12. 269 escravizados. Na Serra/ES, a totalidade do trabalho era escrava. Além disso, nesse ano, no Distrito Nova Almeida contava com 498 negros escravizados (Maciel, 2016). Aqui é possível identificar que além dos indígenas que habitavam o local houve um grande quantitativo negro, originalmente na Vila.

2.4 A PRESENÇA INDÍGENA NO TERRITÓRIO DE NOVA ALMEIDA

Segundo informações que constam no livro “História da Serra”, do autor historiador capixaba Clério José Borges os registros históricos de Nova Almeida, revelam que a comunidade foi fundada no século XVI. Antes da exploração portuguesa, o local era habitado pelos indígenas tupiniquins. No ano de 1557, durante um trabalho de evangelização das aldeias indígenas do litoral, o frei português Braz Lourenço, visitou os

indígenas que viviam em *Nhupãgoa*², que depois passou a se chamar Reis Magos. Nesta época foi iniciado um trabalho de catequese com o povo indígena. Juntamente com os indígenas, o frei ergueu uma capela de palha, e inaugurou-a no dia 6 de janeiro de 1557, daí o nome de Aldeia dos Reis Magos.

Em 1610, a Aldeia dos Reis Magos recebe a doação de uma Sesmaria para os indígenas locais – delimitado pedaço de terra para os bantus – passando a se chamar Aldeia Nova e Yapara (BORGES, 1998). Em 1758, Aldeia Nova e *Yapara* foi intitulada Vila de Nova Almeida, a fim de se diferenciar de Almeida em Portugal. Terra dominada dominante, colonizada colonizadora. Nova Almeida, no plano da cidade.

Na poesia, Boa Morte (2015) harmoniza a transformação da aldeia para o plano da cidade, para o plano de estriamento, mas a resistência indígena, nesse processo de tentativas de apagamento do espaço liso, não pode ser esquecida. Nativos, povos originários que nunca 149 foram passivos, mas praticantes, inventores de suas produções curriculares (Certeau, 1996).



Imagem 12. Livros de Teodorico Boa Morte.

Fonte: Acervo da autora/2024

Em meio a essa política jesuítica perversa, que teve como um de seus principais objetivos o apagamento das identidades e culturas originárias, Boa Morte (2015) nos relata que, no ano de 1795, os indígenas foram proibidos de falar suas línguas maternas, estando sujeitos, inclusive, à pena de prisão caso desobedecessem tal imposição. Essa medida extrema ilustra de forma contundente os mecanismos de dominação e controle social impostos durante o processo de colonização, que buscavam não apenas a conversão religiosa, mas

²Nhupãgoa é uma palavra derivada de “Nhu”, prado, terreno com vegetação rasteira e “paga”, ribeirão ou riacho, na língua Bororó. Em tradução livre o nome seria riacho em terreno de vegetação rasteira.

também a completa assimilação cultural, apagando memórias, modos de vida e formas de expressão próprias dos povos originários.

Nesse contexto de opressão linguística, o autor nos convoca a refletir sobre a importância das chamadas "línguas comunitárias", aquelas que, mesmo em meio a tantos processos de silenciamento, resistem, subvertem a hegemonia colonizadora e se atualizam a cada novo tempo e espaço, incluindo os currículos vividos nas escolas e nas práticas sociais contemporâneas. São línguas que carregam não apenas palavras, mas histórias, cosmovisões e formas de existir que insistem em sobreviver.

Boa Morte (2015) também destaca que, em 1820, a Aldeia dos Reis Magos, situada em Nova Almeida, representava cerca de 52% da população indígena registrada no Espírito Santo, o que reforça o papel central daquela comunidade na preservação, resistência e continuidade das tradições indígenas naquele período.



Imagem 13. Teodorico Boa Morte, foto do acervo da Biblioteca Pública/2024.

“Teodorico Boa Morte, poeta, escritor, compositor, nascido em Aracruz, mas serrano de coração desde 1965. Quando chegou era um garoto simples de pais lavradores mas com uma característica de artista desde a infância. Participou nos movimentos sociais de base na Serra, cidadão comunista de natureza, sempre voltado ao bem estar do ser humano. Desenvolveu a sua arte sempre pronto a ensinar a sociedade a razão da vida. Poeta, pesquisador, folclorista, onde mostra na poesia seu talento, buscando na história a tradução poética no sentido didático para o ensino, sem deixar de ser romântico em seus versos. Suas obras contribuem para a construção do conhecimento e a valorização da cultura local do distrito de Nova Almeida. O autor faleceu no dia 03 de Janeiro de 2024 aos 73 anos (Biblioteca Municipal da Serra, 2013).”

Com o avanço das pressões coloniais e as sucessivas contestações em relação ao uso da mão

de obra indígena, principalmente por setores da sociedade colonial que desejavam ampliar o uso de mão de obra escravizada africana, houve uma mudança significativa na composição populacional da região, iniciando-se o processo de intensa migração de negros escravizados para o Espírito Santo. Esse movimento marcou profundamente a história social, cultural e econômica do estado, consolidando uma nova configuração étnico-racial que, até os dias atuais, dialoga com os processos de resistência, memória e luta por reconhecimento dos povos negros e indígenas capixabas.

3. O CONGO



Imagem 14. Celebração do Congo de São Benedito e São Sebastião.

Fonte Cássio Neto Liberato (2022).

“O congo realiza um cortejo performático, mas a relação com a religiosidade não está presente só neste momento. O sincretismo é uma prática de vida, com tomadas de posições éticas e estéticas, que participa em todas as esferas de vida dos sujeitos. Como prática de vida, também se aproxima do conceito de Weltanschauung. Nesta visão de mundo peculiar, a vida não está somente pautada pelas relações sociais que regem o trabalho, a família e o indivíduo, mas também pela relação com os antepassados e pela fé nos Santos. Mas esta fé no Santo não se filia à denominação católica, ou qualquer instituição religiosa; é, antes, a certeza de que o Santo participa da vida. São as forças ancestrais que interferem no mundo e guiam as decisões morais e éticas, e, neste aspecto, a fé nos Santos do congo é semelhante à fé nos Orixás (Ortigão, 2021, p. 115).”

Quadro 03. Identificação dos participantes da Entrevista.

PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS	
NOME	FUNÇÃO
Pedro Henrique	Integrante da Banda de Congo Recongo
Pendaia	Mestre de Congo. Banda Konshaça de Serra Sede
João Landes	Guardião do Mastro
Elizete (Dona Nénem)	Mestra da Banda de Congo Mirim e Rainha da Banda de Congo São Benedito e São Sebastião
José Bento (Zé Bento)	Mestre da Banda de Congo São Sebastião e São Benedito
Valéria Soeiro	Filha do Mestre Zé Bento
Juliano Batista	Mestre da Banda Recongo
Nayara Cristina	Moradora da comunidade de Nova Almeida
Marco Cesar	Morador da comunidade de Nova Almeida
Maria Aparecida	Moradora da comunidade de Nova Almeida

Segundo a autora Elisa Ortigão, o congo manifesta-se por meio de um cortejo performático, mas sua religiosidade vai além desse momento. O sincretismo, entendido como forma de vida, orienta escolhas éticas e estéticas e está presente em todas as esferas da existência, relacionando-se com a noção de *Weltanschauung*. Essa visão de mundo envolve não apenas relações sociais, mas também uma forte conexão com os ancestrais e a fé nos Santos — uma fé desvinculada de instituições religiosas, baseada na presença ativa dessas forças espirituais no cotidiano, semelhante à crença nos Orixás.

Neste tópico trabalharemos compreender a origem do Congo no Espírito Santo, é necessário então conhecer a história da formação sociocultural desse Estado. Com a chegada dos portugueses, a introdução dos africanos como escravizados, a imigração estrangeira e a migração interna espontânea, além da presença dos povos indígenas que já habitavam a região e dessa confluência nasce este patrimônio imaterial nacional.

De acordo com a Associação das Bandas de Congo da Serra o congo é uma manifestação popular tipicamente capixaba que expressa a mistura cultural ocorrida no Brasil desde o período colonial. O congo une o batuque do negro e do índio à religiosidade católica trazida pelos portugueses. Toda essa mistura cultural é construída dentro de um contexto rural, misturando o imaginário-tradicional desses três povos.

Os grupos são formados por homens, mulheres e crianças, utilizando uma série de instrumentos artesanais na sua maioria feitos pelos próprios congueiros: tambores, casacas, bumbo, cuíca, triângulo, chocalho, caixa e apito. Além de estandartes, bandeiras e instrumentárias como: chapéus, coroas, fitas e faixas. Nas palavras de Ortigão (2021):

“o congo do Espírito Santo é um universo envolvendo conceitos, atores, objetos e práticas de louvor a São Benedito, São Sebastião e outros santos, cuja expressão se dá por movimentos, música, canto, dança, sensações e sentimentos.

[...]

As tradições imateriais que existem atualmente no Brasil trazem um testemunho dos antepassados de seus agentes. Não é o testemunho de um passado glorioso, mas de um passado escravizado”.

A identidade cultural é considerada uma forma de identidade coletiva típica de um grupo social que compartilha atitudes semelhantes, baseando-se em um passado com um ideal coletivo projetado. Ela se consolida como uma construção social definida, fazendo com que os indivíduos se sintam mais próximos e parecidos entre si (Munanga, 1986, p. 23).

Nessa direção, instauram-se questões quanto à presença de São Benedito na história do Congo capixaba. Em 1858, apresenta-se outra corrente sobre a emergência do Congo capixaba. Segundo Santos (2016), as leituras de Cleber Maciel embasam-se nos estudos folclóricos de referencial em Guilherme Santos Neves, que analisou documentos escritos, no século XIX, pelo padre Antunes Siqueira e pelo francês François Biard, os quais

registraram um Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense e apontaram a origem do Congo em uma festa em homenagem a São Benedito, com bandas de índios mutuns de Nova Almeida, tocando tambores e casacas em Santa Cruz (Santos, 2016).

Embora compartilhem raízes comuns, o Congo Capixaba se distingue da Congada por suas características únicas. A Congada é marcada por um bailado dramático com forte componente teatral, enquanto o Congo Capixaba se manifesta de forma mais espontânea através da música e da dança. Ambas as tradições populares demonstram a devoção dos praticantes por meio de cantos religiosos, mas a cultura do Congo Capixaba não se limita apenas à religiosidade. Nas toadas, as músicas entoadas pelos praticantes do Congo, também são encontradas "[...] cantigas que falam do amor, da morte, do meio ambiente, da vida", além de homenagens, exaltações ao bucolismo da vida rural ou do litoral, com canções sobre pescadores e marinheiros (Freitas, p.159).

3.1 A CELEBRAÇÃO

Conta a tradição popular que a festa do congo surgiu como um memorial de como um grupo de escravizados salvou-se do naufrágio do navio Palermo nas proximidades do litoral do Distrito de Nova Almeida, em 1856, agarrando-se ao mastro que continha uma imagem de São Benedito. Desde então, as comunidades de negros do litoral capixaba passaram a fincar o mastro todos os anos para agradecer o milagre, São Benedito é louvado nas festas do mastro, com a cortada, a puxada e a fincada. Com o tempo outros santos também passaram a ser homenageados como São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição.

Durante as festividades, ao ser entrevistado, o senhor José Maria relatou que: “ *a festa do Congo faz parte de Nova Almeida, que a comunidade aguarda com expectativa a saída do cortejo pelas ruas do bairro*”.

"O jovem participante Pedro Henrique, de 28 anos, relatou em entrevista que participa ativamente do Congo.":

Pesquisadora - A quanto tempo você participa do Congo de Nova Almeida?

Pedro Henrique - Desde pequeno, minha mãe conta que estava grávida e participando do Congo. Meus avós sempre foram envolvidos no festejo. Todo mundo da minha família participa do Congo.

Pesquisadora - Qual é a sua expectativa para a festa deste ano (2024)?

Pedro Henrique - As expectativas são as melhores! Ensaíamos para que tudo seja lindo, perfeito, a nossa maior expectativa é a

participação da comunidade, para que todos se envolvam.

Durante a festa realizada no dia 20 de janeiro, tive a alegria de entrevistar o Mestre Pendaia, da Banda de Congo Konshaça, de Serra Sede. Que enfatizou o cunho religioso da festa e o compromisso da devoção:

Pesquisadora - Qual é o sentimento de estar participando, neste momento, da festa de Nova Almeida com a Banda de Congo São Benedito e São Sebastião?

Mestre Pendaia - Em 1º lugar, toda a festa de São Benedito e São Sebastião, ela é formada em fundo de ouro, uma Congada, a banda de música é mais uma sobremesa é mais um complemento da festa e é toda ou mais, não vou dizer 80% dos Congueiros são tido devotos do santo preto. Então a gente faz parte, todos os Congos resgistrados na Associação- ABC então o que acontece, os ofícios chegam as bandas sobre a festa que irá acontecer e a gente desta associação se une para participar da festa e ajudar os festejos do município da Serra completo, as vezes tem pessoas de fora, de outros municípios, de Fundão, de Timbui, de Vitória das regiões próximas. Eu sou serrano legítimo, sou fundador da banda de música, estrela dos artistas e tomei conta do Congo de São Benedito e São Sebastião um bucado de tempo. Sou fundador do Congo Konshaça e a gente vai fazendo o melhor, porque você toma conta de 46 pessoas inclusive onde inclui crianças, você tem que as vezes punir mais punir feio, eu não dou colher de chá, no momento de tocar todos devem respeito e de vocação após tem o espaço de diversão, cerveja, churrasco e comida.

Existem hoje no Espírito Santo diversos grupos que celebram as festas de Congo. Os cortejos saem pelas ruas da cidade, com o barco, o mastro e a bandeira do santo, e as bandas tocando os seus instrumentos, acompanhado pelo povo que entoa as suas cantigas tradicionais. O município de Serra concentra várias destas bandas e entra as mais tradicionais está a de São Benedito e São Sebastião em Nova Almeida, cuja celebração acontece desde 1984. Tradicionalmente a festa acontece em três dias, em momentos distintos, onde se corta/esconde (1), puxa (2) e finca-se (3) o mastro, no mês de janeiro de cada ano.

3.1.1 CORTANDO E ESCONDENDO O MASTRO

Na celebração do Congo a ‘Cortada do mastro’, marca o início dos festejos, próximo da ‘alvorada’ os participantes se reúnem para recriar simbolicamente o mastro do navio, que será guardado até o momento da fincada. Neste movimento os homens entram na mata e

cortam/derrubam a árvore guanandi³. O mastro é então ‘escondido’ na casa de um guardião.

O guardião responsável pelo mastro Senhor João Landes nos relatou em entrevista quando iniciou a missão de guardião:

João Landes: Antigamente o Congo vinha lá da Igreja Reis Magos fazia a volta aqui no nosso bairro e depois ia embora para rua no tempo do Nelson né é o Nelson era o mestre, era o professor era tudo, é mas o Nelson não, o Nelson era muito importante para o Congo é mas Deus abençoou que quando faltou o Nelson veio o nosso Zé Bento que assumiu até....né... e com o passar dos anos inclusive aqui não tinha asfalto era rua de terra. Zé Bento me chamou para entrar junto com eles para poder assumir a cortada do mastro, eu como era leigo na história fui saber como era a cortada do mastro, foi aí que eu fui me interagindo em quando foi um belo dia eu falei “Zé Bento por que não a gente passar a pegar esse mastro aqui dentro do meu quintal a partir de agora, para as famílias dos congueiros da Serra as nossas famílias aqui de Nova Almeida que eu quero deixar gratidão por existir isso aqui na nossa comunidade.



Imagem 15. Momento da ‘Cortada do Mastro’ no quintal do Sr. João Landes.

Fonte: Acervo da autora/2024

³Calophyllum brasiliense: Calophyllum significa folha bonita, e brasiliense, do Brasil. O nome comum, guanandi, provém do tupi gwanã'di e significa “o que é grudento” (Ferreira, 1975). Forma biológica: árvore perenifólia, perdendo poucas folhas na estação seca (Marques, 1994). <https://www.google.com/search?q=conceito+de+arvore+guanadi&sca>.

3.1.2 PUXANDO O MASTRO

O segundo momento da festa do Congo é a Puxada do Mastro. Na sexta-feira o cortejo parte da Sede do Congo em direção à Igreja Católica dos Reis Magos. A Banda de Congo, acompanhada pela Banda de Congo Mirim, realiza uma peregrinação pelas ruas do bairro até a frente a Igreja dos Reis Magos, onde deixam o navio. Em seguida, o grupo retorna à Sede do Congo tocando seus instrumentos. Nesse dia, as baianas, como são chamadas as mulheres e meninas que dançam, vestem os vestidos rodados, e o navio é carregado pelos homens.

VALERIA SOEIRO BENTO, filha de Jose Bento e a saudosa Marlete Soeiro Bento falo com grande alegria da minha mãe que foi uma grande colaboradora dos festejos de Nova Almeida e fazer sempre com muito zelo com muito amore essas festas né e qual a importância para nós moradores de Nova Almeida E qual a importância para nós moradores desse festejos dos Reis Magos do dia 20 é manter viva né as festas populares ligadas à Igreja Católica e a preservação da cultura o nosso Balneário. O que que acontece no dia 6 e nesse dia temos Folia de Reis que acontece na igreja e no dia 6 também acontece a cortana do mastro onde que as bandas locais cortam o mastro que será fincado no dia 20. Dia 20 é esperado por todos né todos nós esperamos com alegria essa festa do dia 20 onde eu falo assim que é como uma festa de Pentecostes.



Imagens 16. Momento da ‘Cortada do Mastro’.

Fonte: Acervo da autora/2025

MESTRE JULIANO BATISTA: Mestre Juliano Batista da banda Recongo de Nova Almeida , a Festa nossa de São Benedito São Sebastião de Nova Almeida ela se inicia na cortada do mastro no dia 6 de janeiro e a gente tem como guardião do Mastro o senhor João Landes onde nós viemos sempre na casa dele buscar um mastro para poder fazer o cortejo nas ruas que a gente vai até a igreja dos Reis magos onde a gente esconde esse mastro e aguarda até o dia 19 de Janeiro para gente fazia escondida do mastro, no dia 19 a gente sai de posição com as bandas de Congo e o caminhão até determinado lugar esconde esse mastro até então no dia 20 a gente faz o cortejo pelas ruas do bairro de Nova Almeida até chegar na igreja do Reis Magos onde tem a fincada do mastro.

3.1.3 FINCADA DO MASTRO

O terceiro momento da festa é a Fincada do Mastro, que ocorre após as andanças com o mastro sobre os ombros dos homens ou sobre as estruturas do Navio Palermo. A Fincada

acontece após ser realizado todo o trajeto pelas ruas de Nova Almeida até a chegada da procissão à porta da Igreja dos Reis Magos. O Padre abençoa os participantes e seus instrumentos do alto da janela da igreja.



Imagem 17. Bandeira de São Benedito no momento da “Fincada do Mastro”.
Fonte: Acervo do IPHAN/2024



Imagem 18. Bandeira de São Sebastião no momento da “Fincada do Mastro”.
Fonte: Acervo do IPHAN/2024

3.2 OS INSTRUMENTOS E SUAS REPRESENTAÇÕES

O Congo é conduzido pelo Mestre ou Capitão que utiliza um apito para marcar o início e o fim das cantigas e para fazer o ‘repique’ que é um floreio musical. Sob a marcação do apito os músicos procedem a uma quebra do ritmo, acelerando a batida.

Os tambores têm uma importância central nas celebrações da festa de, pois são mais do que instrumentos musicais: são elementos simbólicos, espirituais e identitários que conectam passado, presente e futuro das comunidades tradicionais afrodescendentes. São feitos de madeira oca ou madeira escavada, tendo um formato cilíndrico ou cônico. Seu revestimento é feito de couro e a percussão é feita com as mãos. Para afinar seus tambores os congeiros aproximam o instrumento do fogo aquecendo o couro. O tambor comanda o ritmo da dança e do cortejo, marcando os passos e os movimentos dos brincantes,

Outro instrumento característico das bandas de Congo é a Casaca, instrumento que se traduz como uma (re) invenção do reco-reco (instrumento indígena que na casaca representa as costelas) com o acréscimo de uma cabeça (representando a imagem dos senhores de escravo) de pescoço longo (para segurar o instrumento com firmeza). Casaca de todas as cores, formatos, produções e efeitos. Casaca com feição do senhor bondoso, um presente para enganá-lo. Casaca, instrumento indígena com seu cocar. Casaca negra. Casaca com a feição de senhor mau. Casacas modernas esculpidas para que se pareçam com seus tocadores. Casaca com estilos diferentes. Casaca para contar várias histórias. Casacas não morrem em um único modo de pensá-las. Assim, são os signos capixabas libertos dos vazios e das enganações SANTOS (2016).

As casacas expressam os movimentos de ideias, subjetividades, questionamentos, reflexões, impactos e criações que se revelam nos corpos das culturas capixabas. A cada toque e estrondo das paletas, paradigmas, preconceitos e marcas do colonialismo são desestabilizados, permitindo que as diferenças se conectem à terra e deem origem a novas formas de vida. Essas experimentações rompem com representações únicas e limitadas pela opressão. A casaca, como símbolo da cultura capixaba, se transforma não apenas em seu processo de fabricação, mas sobretudo nas formas como os artistas a reinterpretam em suas expressões de vida.

“Para cada casaca um som. Tem uma [casaca] que tem um som mais grosso, conforme a voz daquela pessoa. Depois tem uma casaca, dependendo da pessoa, com um som mais fino. Tem o som da casaca mais fino, que é a voz de uma mulher, entendeu!? Então, quando você toca, se você meditar, você está vendo no som da casaca que várias pessoas estão cantando, entendeu!? Não só pessoas que estão cantando ali vivas, mas [também] o espírito daquela pessoa que está ali, conduzindo aquela casaca, o som que está saindo naquela casaca [...] (Indígena p. 38).”



Imagem 19. Banda de Congo Mirim.

Fonte: Acervo da autora/2024

A casaca deixa de ser apenas um objeto físico, perde sua materialidade e se transforma em um efeito capaz de fazer o corpo gerar potência, prazer e vitalidade. É um encontro de sintonias que ultrapassa o simples objeto representado, a cognição ou o pensamento, pois envolve movimentos congueiros que se encontram e se expressam.

O participante Pedro Henrique nos relatou em entrevista que:

Pedro Henrique - Cada participante é responsável pela afinação do seu instrumento, são produzidas casacas novas, até foi produzida uma casaca para um primo que faleceu em um acidente de carro e que participava da banda de Congo, produzir uma casaca com o rosto de uma pessoa é coisa rara, para ele foi uma homenagem porque o objetivo do instrumento casaca é de ferir o senhor de engenho ou fazendeiro (no período de escravização). Como eu iria dizendo eu toco tambor e para sua afinação acendemos uma fogueira e aproximamos o tambor, pois deste modo o couro fica mais firme e o som sai mais afinado “bonito”.

Pesquisadora - Quais os momentos mais marcantes que você vivenciou ao longo desses anos.

Pedro Henrique- Todos os momentos são marcantes. Quando entramos na igreja e saímos do outro lado na outra porta. Quando o mastro é fincado e os fogos são liberados. A emoção invade todo o ambiente, todos ficam muito felizes e agradecidos aos santos São Benedito e São Sebastião.

3.3 O CONGO CAPIXABA: PATRIMÔNIO IMATERIAL

“O patrimônio cultural imaterial engloba todas as formas tradicionais e populares de cultura, transmitidas oralmente ou por gestos, as quais, com o passar do tempo, são modificadas pelo processo de recriação de seus conhecimentos, fazeres tradicionais, culinária e artesanato regionais; formas de expressão, como o repente, o cordel, a catira, os pastoris e os maracatus; e, igualmente significativos, os lugares onde essas práticas se reproduzem, como mercados, feiras, santuários, terreiros de candomblé, sítios religiosos e indígenas são alguns exemplos de bem imaterial. (IPHAN, 2015).”

O registro de bens culturais, através da criação de legislação específica, surgiu como reação ao processo de globalização. Inicialmente, foi implementado pelo Japão, no período do pós-guerra (considerado primeira fase da globalização), numa reação ao domínio cultural do Ocidente. Posteriormente, num segundo estágio da globalização, a proposta se espalhou entre os países asiáticos, europeus e latino-americanos, com destaque para a Bolívia e países africanos. “Foi na Bolívia que surgiu a primeira recomendação para salvaguarda da cultura tradicional popular, em 89, quando nem era usada a expressão patrimônio imaterial”, lembra Márcia Sant’Anna, diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

3.4 A FESTA DO CONGO SÃO SEBASTIÃO E SÃO BENEDITO

A pesquisa de campo também incluiu a observação de ensaios realizados pela Banda de Congo de São Benedito e São Sebastião, que Tiveram início no mês de novembro finalizando em janeiro, nas proximidades do dia da festa, ocorrendo todos os sábados na sede e por algumas vezes na praça em frente à Igreja dos Reis Magos. Cerca de 40 pessoas participaram da reunião e do ensaio, incluindo crianças, adolescentes e adultos. Essa escrita faz parte da imersão da pesquisadora nos preparos que antecederam a festa. A participação da pesquisadora consistiu em observar a reunião dos integrantes da Banda. Antes do ensaio, ocorria uma breve reunião onde os integrantes discutiam a organização da Festa, a decisão de quem carregaria o mastro durante a Festa, a atenção à corda que ajuda a puxar o barco para não ocorrerem acidentes entre os festejos que acompanham a procissão e a distribuição de água, lanches e outros detalhes. Após a reunião, os integrantes ensaiaram tocando congo, cantando músicas e dançando. O ensaio terminava com um lanche compartilhado.



Imagem 20. “Baianas” com suas indumentárias.

Fonte: Acervo da autora/2025



Imagem 21. Baiana com sua indumentária.

Fonte: Acervo da autora/2025



Imagem 22. Ensaio na frente da igreja.

Fonte: Acervo da autora/2025

No campo, a pesquisadora também incluiu a observação de ensaios realizados pela Banda de Congo de São Benedito e São Sebastião, que teve início no mês de Novembro até Janeiro nas proximidades do dia da festa, era todos os sábados na sede e por algumas vezes na praça em frente a Igreja dos Reis Magos. Cerca de 40 pessoas participaram da reunião e do ensaio, incluindo crianças, adolescentes e adultos.

Em 2023 quando iniciamos a pesquisa a festa aconteceu como de costume, nos dias 18, 19 e 20 de janeiro. A inserção no campo de pesquisa foi facilitada pelo fato da pesquisadora ser moradora do bairro de Nova Almeida, o trabalho de campo se iniciou no dia 06 de janeiro, ocasião do primeiro momento da festividade e permaneceu até o dia 20. Todos os momentos em campo foram registrados em diários de campo e posteriormente transcritos.



Imagem 23. Homens conduzindo o ‘barco’.

Fonte: Acervo da autora/2024

Optou-se pela inserção no campo através da participação em eventos (missas e reuniões) da Igreja Católica no Distrito de Nova Almeida por diversos motivos. De acordo com alguns moradores antigos do bairro, a Igreja sempre desempenhou um papel central na organização da Festa de São Benedito e São Sebastião era vista como um ponto de referência para a comunidade, um local de encontro onde se reuniam para assistir às missas e depois participar da procissão pelas ruas do distrito. Esses moradores também relataram que a Igreja organizava leilões e gincanas com o objetivo de arrecadar fundos para cobrir as despesas da festa. A Festa do Congo, marcada por aspectos religiosos e homenagens aos santos católicos São Benedito e São Sebastião, iniciou-se na sede do Congo São Benedito e São Sebastião.

O cortejo se direciona inicialmente para a Igreja Católica dos Três Reis Magos, passando em frente ao templo onde faz uma pausa para um momento especial: a bênção do padre. Este, como líder espiritual, posiciona-se na parte alta da igreja e asperge água benta sobre os festeiros, um gesto que autoriza a continuidade da marcha. Este momento de bênção é profundamente valorizado pelos devotos e participantes do cortejo. Conforme o desfile

avança, todas as bandas do Congo que participam passam pelo mesmo ponto para receber essa benção, tornando-o um dos pontos altos da celebração. No mesmo local, bandas de Congo de outras partes da Grande Vitória se unem à banda local, transformando o evento numa grande e animada festa. Os habitantes do Distrito de Nova Almeida não tinham informações precisas, porém, em certo ano, a Associação de Moradores do bairro, em conjunto com a Associação de Bandas de Congo da Serra e a Secretaria de Turismo do Município de Serra, Espírito Santo, assumiu a organização da Festa. Com isso, o envolvimento da Igreja Católica na administração do evento passou a ser secundário. O terceiro momento da pesquisa de campo envolveu a própria Festa do Congo em Nova Almeida. A pesquisadora acompanhou os três dias de festividades, que ocorreram de sexta-feira a domingo. Na sexta-feira, as atividades se concentraram na Sede do Congo e nos arredores, onde os integrantes da Banda pegaram seus instrumentos e uniformes. Membros da Banda, do Congo Mirim e pessoas da comunidade de Nova Almeida conversaram e fizeram os últimos ajustes para a Festa.

No sábado, novamente houve concentração na Sede do Congo, além de outras etapas da Festa, como cortejos pelas ruas do Distrito de Nova Almeida e outras atividades. No último dia da Festa, considerado o principal, a pesquisadora acompanhou a missa no palco montado em frente a Igreja Católica dos Reis Magos. Durante esses momentos, além de observar, ela conversou com os participantes. (relatos) Nesse dia, cinco participantes da Festa do Congo foram entrevistados e voluntariamente aceitaram participar do estudo. Todas as conversas seguiram um roteiro com perguntas abertas (quais), buscando identificar os aspectos simbólicos da Festa do Congo, seus significados, sentimentos e outras percepções sobre o espaço vivido. É importante destacar que as identidades de todos os entrevistados foram preservadas neste estudo por meio de pseudônimos. Durante os três dias da Festa, os momentos da pesquisa de campo foram registrados com fotos, que também compuseram o material de pesquisa.

Para a análise dos dados coletados, a pesquisadora interpretou as informações utilizando o referencial teórico do estudo, especialmente a visão de espaço social conforme Lefebvre (2006). O objetivo foi identificar e refletir sobre as semelhanças entre os dados coletados e os conceitos teóricos apresentados.

3.5 ASPECTOS SIMBÓLICOS

Em resumo, os moradores mais antigos da localidade contam uma história de um naufrágio ocorrido em 1856, envolvendo um navio africano com 25 tripulantes, todos escravos negros. O navio afundou próximo à praia de Nova Almeida, na cidade de Serra. Agarrados a um mastro que se soltou da embarcação, os tripulantes suplicaram a São Benedito, um santo negro, para que os salvasse. Anos depois, os escravizados que sobreviveram fundaram uma banda de congo e pediram permissão aos seus senhores para celebrar e cumprir a promessa de salvação do naufrágio. Utilizando um tronco de madeira, fizeram um mastro e ergueram a bandeira de São Benedito. Com a ajuda de seus senhores, enfeitaram um pequeno navio com flores em homenagem aos escravos que morreram no naufrágio. Eles amarraram uma corda ao redor do navio e o puxavam até a casa de seus senhores. Em frente à casa, onde geralmente havia uma capela, os escravos retiravam o mastro do navio e o fincavam em um buraco. Esta é a reconstrução histórica da Festa do Congo.



Imagem 24. Barco posicionado à espera do início da festa.

Fonte: Acervo da autora/2024

Durante todas as etapas da Festa, o navio, que simboliza o naufrágio, é carregado por homens, normalmente os congueiros. Um dos moradores do bairro explicitou a memória do naufrágio ao afirmar: (referência) *“O barco representa aquele que naufragou junto com os negros, né, quando eles vieram para o Brasil. Carregar o navio significa demonstração de fé, de pagar uma promessa, de fazer um pedido. É um momento em que as pessoas demonstram sua fé ao santo preto”* (Judas).

Essa fala revela que, além de ser um simples objeto, o navio simboliza "fé" e "pagamento de promessas", agradecendo ao santo por suas bênçãos. A história vivida pelos escravizados no passado continua "viva" entre os congueiros na Festa.



Imagem 25. Populares puxando a corda.

Fonte: Acervo da autora/2024

Em relação à corda usada para puxar o navio da Sede pelas ruas do bairro até a Igreja Católica, observou-se que os homens ficam na frente durante a procissão por possuírem mais força física. No entanto, ao longo do percurso, jovens, crianças, mulheres e homens de todas as idades também seguram a corda. Quando perguntada sobre o significado de tocar na corda, Nayara respondeu:

“Muita fé, fé em relação ao que você tá fazendo, quem toca na corda é abençoado durante todo ano”.

De modo semelhante, Marco afirmou:

“A pessoa tem que ter fé. Se você tiver fé, você consegue, se não tiver, nem bota a mão nela, a corda representa resistência, socorro

para quem precisa”.

A corda adquire, assim, um significado "sagrado" na Festa do Congo, simbolizando "fé". Conforme relatado na história, a corda foi inicialmente adotada pelos escravizados para auxiliar na organização da homenagem a São Benedito. No entanto, apesar de seu uso funcional, a corda passou a ter um significado particular e subjetivo na Festa do Congo.

Com relação ao mastro, é relevante registrar que ele significa uma conquista e a fincada simboliza “fé”, “gratidão”, “promessa”. É um momento especial da Festa: os toques dos instrumentos ficam mais graves, alguns congueiros pulam e dançam, as dançarinas rodam até que o mastro é fincado (É o momento do êxtase).



Imagem 26. Populares puxando a corda.

Fonte: Acervo da autora/2024



Imagem 27. Congueiros conduzindo o mastro para a ‘Fincada’.

Fonte: Acervo da ABC-Serra/2024

As pessoas que fazem parte do congo respeitam muito a igreja e a igreja respeitam muito a prática cultural. O ambiente de uma maneira geral é muito tranquilo, porque as pessoas de fato estão ali para se divertir mantendo esse ambiente de respeito. Tenho que verificar, mas parece que a um tempo atrás a igreja que financiou a festa, hoje quem financia é o Estado, já que o Congo se tornou patrimônio cultural imaterial. Um movimento de sincretismo religioso, no qual os escravizados por muitos anos mantiveram relações com a igreja católica pensando também na sobrevivência dos seus próprios cultos e rituais de matriz africana:

“... pro negro é dia de festa, pagando promessa para os orixás” (Trecho de um dos cantos durante o festejo).



Imagem 28. Dona Neném carregando o estandarte.

Fonte: Acervo da autora/2024

4. EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA surgiu como instrumento primordial do processo de integração e suprimento das deficiências sociais, com o objetivo de responder às necessidades da população e de incorporá-la ao processo de desenvolvimento econômico e político. É reconhecida, tratada de modo particular e se tornou política nacional, pois esta mudança de pensamento político-pedagógico está relacionado com o processo de transformações sociais, desenvolvimento industrial e crescimento urbano (Beleza e Nogueira, 2020).

O legado de Paulo Freire proporcionou à EJA a visibilidade que se mantém ainda na sociedade contemporânea, embora muitos dos pressupostos e ideias defendidas pelo escritor para essa modalidade de ensino tenham se perdido na política nacional de educação brasileira. Freire contribuiu com as funções da escola propor reparar as defasagens e ausências da educação para uma parcela significativa da sociedade, e ao mesmo tempo possibilitar oportunidades de aprendizagem aos que evadiram da escola, pararam de estudar ou não tiveram acesso aos bancos escolares. Cabe ressaltar que a problemática que envolve a EJA tem associação com as determinações expressas na Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996. Esses documentos legais tornaram essa escolarização um campo de ensino e pesquisa, com o propósito de apontar a necessidade de investigação de alternativas para as demandas quanto suas especificidades: formação dos professores, organização de um currículo apropriado, produção de material didático adequado; e a elaboração de estratégias de ensino diferenciadas (Soares, 2010).

A EJA proporciona oportunidade de aprendizagem aos cidadãos que não tiveram a chance de frequentar o ensino regular na idade certa. Configura uma das medidas socioeducativas no combate ao analfabetismo e favorável à continuidade dos estudos das camadas populares. Nenhum indivíduo nunca está pronto, na maioria das vezes está pré-disposto a vivenciar novas experiências, mudar e transformar, adquirir outros e novos conhecimentos (Quaresma; Pantoja; Cordeiro, 2019).

Os objetivos da EJA são garantir aos jovens e adultos o direito a educação. Indígenas e negros foram historicamente marginalizados no processo educacional brasileiro. A escravidão, o genocídio indígena e as políticas assimilacionistas criaram uma base estrutural de exclusão que ainda se reflete nos altos índices de analfabetismo e de evasão escolar nessas populações. Os últimos censos e dados do IBGE mostram que pretos, pardos e indígenas estão entre os grupos com menor escolaridade e maiores taxas de analfabetismo, o que impacta diretamente a demanda pela EJA.

Através de uma proposta educacional apropriada às inúmeras temporalidades, num processo

permanente de humanização e transformação social, desenvolver a capacidade da leitura, escrita e seu uso na interpretação da realidade e, também, na satisfação das necessidades cotidianas. Esses objetivos são consonantes com as metas dos alunos EJA quando ingressam e/ou retornam às salas de aula, haja vista que o propósito é concluir para obter melhor qualidade de vida e respeito social (Oliveira, 2021).

A Educação de Jovens e Adultos deve ir além da alfabetização técnica. Precisa ser um espaço de valorização das identidades étnico-raciais, de promoção da equidade e de fortalecimento da cidadania. Deve incorporar a educação antirracista e intercultural nos currículos da EJA é essencial. Respeitando e incluindo as cosmovisões indígenas e as experiências negras na construção do conhecimento também é uma forma de combater o epistemicídio.

Exigências culturais e novas práticas e teorias pedagógicas que surgiram nos últimos anos requer que a EJA utilize metodologias de ensino atualizadas para, então, permitir o desenvolvimento de sua proposta e objetivos de trabalho. “Essas exigências tornam possível (re) construir, dar novos significados aos conhecimentos e articular os saberes escolares” (Soares, 2010, p. 63).

4.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESPÍRITO SANTO

Neste capítulo relataremos como é a oferta da EJA no estado do Espírito Santo. Buscamos as informações através do site oficial da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, em diálogo frequente com a Secretaria de Educação – Setor EJA e orientações das práticas escolares.

Quadro 04. Oferta de vagas da EJA-ES em 2024.

Nível	Número de Vagas
EJA – Ensino Fundamental	6.433
EJA - Ensino Médio	16.793
EJA – Profissional EM	5.120
TOTAL GERAL	28.346

A EJA do Ensino Fundamental é a modalidade de ensino destinada a jovens, adultos e idosos que não concluíram essa etapa na idade apropriada, geralmente entre 6 e 14 anos. A EJA do Ensino Médio oferece a conclusão dessa etapa da educação básica para quem não a finalizou

em idade regular até os 17 anos. A EJA Profissional é uma proposta que integra a Educação de Jovens e Adultos com a formação técnica ou profissionalizante.

4.2 A EJA NOTURNA NA MODALIDADE ENSINO MÉDIO

Nosso objetivo foi trazer para a pesquisa a organização e organicidade da EJA ofertada no turno noturno. Esta modalidade acontece em 180 escolas da Rede Estadual com a seguinte estrutura: Aulas presenciais de segundas às sextas-feiras, das 18h20min às 21h30min ou 19h às 22h10, a depender de cada escola/Superintendência.

Além das aulas presenciais, a EJA noturna possui o Projeto Integrador de Pesquisa e Articulação com o Território – PIPAT, desenvolvido no tempo social ou tempo comunidade, no formato semipresencial.

O PIPAT integra a carga horária obrigatória da EJA noturna, sendo coordenado por um professor orientador que atende presencialmente de segunda às quinta-feiras antes do horário presencial, por meio de encontros coletivos ou individuais para orientação/atendimento ao (s)/a(s) estudante(s), desenvolvendo atividades referentes ao tempo social vivenciado no território.

Esse projeto é desenvolvido como forma de flexibilizar a carga horária, sendo indispensável o seu cumprimento. As experiências e resultados do PIPAT têm por finalidade trazer significado e significância para as ações da Educação de Jovens e Adultos, valorizando os saberes da comunidade, por intermédio do repertório cultural e vivencial do/a estudante.

4.3 PROJETO INTEGRADOR DE PESQUISA E ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO – PIPAT

O PIPAT configura-se como estratégia pedagógica de caráter interdisciplinar que possibilita a promoção de atividades que contribuam para desenvolver nos/as estudantes o exercício do diálogo entre teoria e prática, criação, planejamento, intervenção comunitária, investigação científica, pesquisa, análise de dados e situações, avaliação, constituindo assim, um processo de articulação dos saberes a partir de três categorias: TRABALHO, TERRITÓRIO E PERFIL DO EGRESSO DO CURSO.

Tem como objetivo integrar e intensificar as discussões acerca do Mundo do Trabalho, extrapolando os muros da escola e aproximando-se da comunidade, considerando que a instituição escolar é um organismo complexo de interação social, onde existe essa multiplicidade de culturas, crenças, valores e conhecimentos, expectativas e interesses, econômico, social, ambiental e cultural, tendo o trabalho como princípio educativo.

Articula-se, portanto, os componentes da BNCC, da preparação básica para o trabalho e da formação técnica e qualificação profissional de forma a complementar as 1200 h da formação geral básica conforme Resolução CEE/ES N° 3.777/2014.

As atividades do PIPAT são postadas em ambientes virtuais como o Google Sala de Aula e apresentadas de forma física, compondo o prontuário do aluno ao final do curso. São atividades desenvolvidas no formato não presencial, com registro de carga horária semestral e conceito “cursado” no Seges.

ETAPAS DO PIPAT: O PIPAT será desenvolvido de acordo com a organização e estrutura infracitadas com as seguintes etapas:

Etapas 1 - Sensibilização e Planejamento

Esta etapa é essencial para a definição de uma temática que dialogue com o tripé TRABALHO, TERRITÓRIO e o PERFIL DO EGRESSO DO CURSO em questão, com o foco em atividades de investigação científica e tecnológica, que culminará, ao final dos semestres ou do Curso, com proposições de intervenção no Território, por meio de saberes que integrem a formação básica e a formação profissional.

É um momento importante para que todo o coletivo da escola, conheça o Perfil do Egresso do curso ofertado, bem como a Ementa da Disciplina “*O Mundo do Trabalho e suas Tecnologias*”, além de identificar as necessidades e potencialidades do Território que possa dialogar com o curso/formação profissional, considerando o trabalho na atualidade. Além disso, espera-se que nesta etapa, estudantes e professores/as reflitam com Santos (2007) sobre o conceito de Território como uma dimensão muito além do conjunto dos sistemas naturais e geográficos, entendido o Território usado como o chão mais a identidade. Ainda considera o Território como o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

É necessário que, durante esta etapa seja definido o tema/necessidade/problemática de pesquisa a partir de uma análise geral do contexto. Também é importante sensibilizar os/as professores/as para articularem a interdisciplinaridade como princípio mediador na construção de um currículo integrando formação básica e formação profissional, como totalidade, criando um cenário favorável para que todos/as possam ampliar a sua leitura da realidade.

Dentro do contexto do PIPAT para a definição da situação/problema/necessidade que gerará o projeto é necessário que se construa a Cartografia Social do Território onde a pesquisa

acontecerá, conforme já descrito anteriormente.

Em síntese, a etapa I se constitui em:

- a) Apresentação do PIPAT para estudantes e professores/as dialogando com o tripé: TRABALHO, TERRITÓRIO e o PERFIL DO EGRESSO DO CURSO.
- b) Construção da Cartografia Social: Um olhar para o Território, elencando aspectos físicos, sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e as relações ali estabelecidas e vividas como “Território vivido”.
- c) Definição do tema da pesquisa por turma, por grupos de estudantes ou por Território.
- d) Descrição de como pretende alterar a situação diagnosticada e quais as melhorias esperadas como resultado do projeto.
- e) Elaboração coletiva do Plano de Trabalho, atentando-se para as entregas/concretudes para o Território.

Etapas 2 e 3: Desenvolvimento do Projeto

Inicia-se nessa etapa o desenvolvimento efetivo do PIPAT a partir das ações de sensibilização e planejamento, estruturadas no plano de trabalho na etapa anterior.

Durante o desenvolvimento do projeto, o/a professor/a do PIPAT deverá atentar-se para a necessidade dos/as estudantes na compreensão das atividades a serem realizadas, nas questões inerentes aos conceitos básicos ou não, nos procedimentos metodológicos sugeridos, bem como atitudes que possam interferir nos resultados esperados. A partir da identificação das necessidades, o/a professor/a deverá, no momento do planejamento coletivo, apresentá-las, buscando, por meio da integração com as Áreas de Conhecimento/Componentes Curriculares, estratégias que possam atender às demandas dos/as estudantes, potencializando as diferentes formas de aprender. Ao final destas etapas deverá ocorrer uma culminância com

a apresentação e socialização das entregas totais ou parciais previstas e construídas a partir do plano de trabalho, desenvolvido na primeira etapa.

Etapa 4: Apresentação dos Resultados

Esta etapa se constitui na entrega dos produtos e divulgação dos resultados. É imprescindível que a comunidade escolar e local conheça o trabalho final e se aproprie dele. Para tanto, deve-se definir uma forma de apresentação. Essa forma pode, certamente, depender da natureza do projeto, mas deve, necessariamente, estar prevista na etapa de

planejamento. Uma entrega importante pode ser traduzida, por exemplo, em uma mostra técnica, produção de documentários, confecção de cartilhas, exposição de fotos, criação de catálogos e portfólios, cadernos de memórias do Território, oficinas, entre outras.

Etapa 5: Avaliação

A avaliação é o momento de refletir sobre a execução do planejamento. Para isso, recomenda-se que a avaliação seja realizada de forma sistematizada e contínua nas etapas de execução e conclusão do PIPAT, servindo para a correção de rotas, revisão do que se propôs como entregas e retomadas de conceitos/conhecimentos/procedimentos/attitudes.

4.4 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS HOJE NO BRASIL.

Transmitido ao vivo em 20 de agosto de 2025, o encontro “Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA: questões fundamentais no processo de escuta” reuniu representantes de diferentes Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil. Entre as convidadas estiveram Maria Margarida Machado, do Fórum Goiano de EJA; Maria Aparecida Zanetti, do Fórum Paranaense de EJA; e Marlene Souza Silva, do Fórum EJA Bahia.

Vamos dialogar e trazer algumas questões essenciais para esse processo de escuta. Reconhecemos a importância dessa etapa na construção das diretrizes curriculares, pois ela será a base sobre a qual todo o trabalho se sustentará. Diante disso à professora Margarida Machado, que nos ajudará a refletir sobre como realizar essa escuta, de que forma pensá-la e quais são os pontos fundamentais para dar início a esse processo tão relevante para a Educação de Jovens e Adultos.

Na presente discussão, propomos uma reflexão mais detida acerca de uma questão de natureza normativa: as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considera-se oportuno, nesse contexto, estabelecer inicialmente algumas distinções conceituais. Em diversas situações, torna-se necessário abordar aspectos diretamente relacionados ao cotidiano escolar e às práticas pedagógicas. Contudo, para os objetivos que orientam este debate, é imprescindível compreender com clareza a especificidade do objeto em questão. O próprio termo já nos direciona a esse exercício de reflexão: o que se entende por diretrizes, por diretrizes curriculares e, em especial, por diretrizes curriculares nacionais.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendemos que, no ano de 2025, o movimento que se impõe é o de visitar o passado e estabelecer um diálogo crítico com um documento de referência fundamental: as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA, ainda em vigor, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2000. Trata-se de um

instrumento normativo que orienta, organiza e confere sustentação legal à modalidade, definindo seus princípios, finalidades e público-alvo, bem como os modos pelos quais pode efetivamente contribuir para a garantia do direito à educação.

Todos esses elementos encontram-se contemplados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O processo de sua elaboração, aprovado em 2000 e ainda em vigor, caracterizou-se por ampla participação dos sujeitos envolvidos com a modalidade, em dinâmica semelhante à que ora buscamos retomar. À época, sob a relatoria do conselheiro professor Jamil Curi, foram mobilizados os Fóruns de EJA, diversas instituições, movimentos sociais, representações das secretarias estaduais e municipais de educação, em articulação com o Ministério da Educação, a fim de definir os princípios e orientações que deveriam compor as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA.

O primeiro aspecto a ser considerado refere-se à compreensão de que estamos diante de um processo de atualização de um documento de grande relevância. Sua importância decorre, em parte, do fato de que ele recupera a memória do contexto histórico brasileiro, no qual se inscrevem a educação de adultos e a educação popular, até alcançar o marco da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Foi nesse momento que o atendimento à escolarização das classes trabalhadoras passou a ser reconhecido formalmente como Educação de Jovens e Adultos (EJA), consolidando-se como modalidade da educação básica. Nesse âmbito, entende-se que as diretrizes representam o desdobramento dos dispositivos previstos na LDB, constituindo-se como um detalhamento normativo que aproxima a legislação da realidade escolar. Ao fazê-lo, as diretrizes orientam as práticas pedagógicas, mobilizam sujeitos e instituições e estabelecem parâmetros claros sobre as finalidades e expectativas que recaem sobre a modalidade EJA.

O professor Jamil Curi, ao discutir o direito à educação, destacou em publicação de 2002 que a importância da lei não deve ser compreendida como um instrumento linear ou meramente mecânico de efetivação dos direitos sociais. Segundo o autor, a legislação acompanha o desenvolvimento da cidadania em cada contexto nacional, assumindo, portanto, um caráter histórico e situado. Sua relevância emerge justamente das contradições que a perpassam, abrigando em si uma dimensão de luta: pela construção de inscrições mais democráticas, pela busca de efetivações mais concretas e realistas, contra processos de descaracterização que possam mutilar sua essência e em favor da realização de ideais de justiça social.

A reflexão apresentada por Jamil Curi contribui para a compreensão de que o debate em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um campo de disputa de concepções e de projetos de educação e de

escola. Está em jogo, nesse processo, a definição das perspectivas de atendimento voltadas às classes trabalhadoras brasileiras, cuja heterogeneidade demanda reconhecimento e problematização. Nesse sentido, torna-se imprescindível explicitar tal dimensão na apresentação das diretrizes, situando-as no contexto histórico em que o parecer elaborado pelo professor Jamil Curi, em 2000, orientou a formulação e a consolidação desse marco normativo.

A atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) não se limita a reconhecer a passagem de 25 anos desde sua aprovação, mas exige reflexão sobre as transformações sociais, políticas e educacionais ocorridas no Brasil nesse período. Diferentemente do contexto anterior à LDB de 1996, marcado por cursos e exames supletivos, as Diretrizes de 2000 buscaram superar a visão de suplência, de redução de conteúdo e de aligeiramento, delineando os sujeitos que demandam escolarização nos níveis fundamental e médio e orientando alternativas condizentes com suas necessidades concretas.

As diretrizes contemplam todos os sujeitos envolvidos na EJA: educandos, educadores, gestores e pessoal administrativo, garantindo a integralidade do atendimento e a qualidade da educação ofertada. Nesse sentido, é essencial caracterizar o profissional da educação como preparado para atuar especificamente na modalidade, compreendendo suas demandas e especificidades.

Além disso, a atualização deve considerar a pluralidade do Brasil contemporâneo, reconhecendo que diferentes segmentos das classes trabalhadoras necessitam de espaços e estratégias adequadas para acesso ao conhecimento. Isso implica repensar financiamento, infraestrutura e oferta, em articulação entre governos federal, estaduais e municipais, especialmente com a expansão da rede federal desde 2006, integrando EJA à educação profissional e tecnológica. A efetividade das diretrizes indutoras depende, portanto, de decisão política, recursos adequados e contratação específica de profissionais capacitados para a modalidade.

Conforme destacado por Jamil Curi, a luta pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) envolve assegurar que a modalidade seja prioridade, diante de uma população brasileira que continua envelhecendo sem acesso à escolaridade básica. As Diretrizes Curriculares Nacionais devem refletir essa realidade, oferecendo diagnósticos precisos sobre as condições das classes trabalhadoras que demandam EJA, considerando as transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas, como o aumento da informalidade e do desemprego estrutural.

A EJA deve orientar a produção curricular a partir do diálogo com a realidade concreta dos

educandos, garantindo acesso ao conhecimento sistematizado pelas ciências, e não servindo apenas como instrumento de treinamento para empregabilidade. Isso implica ofertar turnos diversos e currículos adequados a jovens, adultos e idosos, diferenciados do modelo da educação infantil ou do ensino médio convencional.

Além disso, uma escola popular voltada às classes trabalhadoras precisa dialogar com a comunidade, incorporando aspectos culturais, de saúde, ambientais e de preservação do planeta, reconhecendo que a educação não ocorre isoladamente na escola, mas em interação com seu contexto social. Esses princípios já estavam sistematizados em documentos apresentados à Confinteia em Belém, evidenciando a necessidade de uma abordagem intersetorial para a EJA.

Na atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é fundamental explicitar a importância de um sistema nacional de educação, apoiado em conferências nacionais e populares de educação (CONAI 2010 e 2014; CONEP), e refletir sobre o Plano Nacional de Educação de 2014, que definiu metas essenciais para que planos estaduais e municipais considerem as especificidades da EJA.

Ao revisitar o texto do professor Jamil Curi, torna-se necessário apresentar elementos que orientem a formulação do parecer e a atualização das diretrizes, enfatizando concepções e princípios da EJA para os próximos 20 a 25 anos. Isso inclui caracterizar os sujeitos da educação de jovens e adultos trabalhadores, considerando que milhões ainda vivem em situação de analfabetismo. As diretrizes devem refletir dados recentes, como os de 2024 e 2025, que indicam 93,4% de frequência escolar na faixa de 15 a 17 anos, embora ainda haja jovens no ensino fundamental.

Cabe destacar que a modalidade EJA atende a um público específico, sem pretender suprir todas as lacunas do sistema educacional, da educação infantil ao ensino médio. As diretrizes devem reconhecer que esse público se encontra distante dos estudantes regulares e que a maior parte da matrícula noturna já está consolidada na EJA, situação que se agravou com a implementação do novo ensino médio.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem considerar o público específico da modalidade, promovendo currículos e estratégias adequados às suas necessidades. A baixa escolaridade persiste em grande parte da população, resultado, em parte, da exclusão compulsória do ensino fundamental e médio, refletida em taxas reduzidas de escolarização entre jovens de 18 a 29 anos (31,2% concluíram a educação básica) e ainda menores entre pessoas de 30 anos ou mais. Esses dados evidenciam que a EJA, isoladamente, não garante o direito à educação, sendo necessário um pacto nacional pela educação de qualidade para todas as idades.

As diretrizes devem caracterizar a população atendida e orientar a diversidade curricular necessária para atender as classes trabalhadoras, preparando professores, gestores e coordenadores para a escuta formativa. A atualização demanda atenção à infraestrutura, financiamento adequado e decisão política, fundamentando-se em diagnósticos precisos da realidade da EJA. Documentos prévios, como os preparatórios da Confinteia em Belém e das CONAI, oferecem suporte para conduzir uma escuta qualificada e embasar a formulação de diretrizes consistentes.

A professora Maria Zanete destaca que, diante da diversidade regional do Brasil — de Curitiba, com temperaturas médias de 10°C, a Goiás, com 30°C —, a EJA deve considerar realidades sociais e culturais muito distintas. É necessário refletir sobre conceitos e preconceitos presentes nas gestões estaduais e municipais, nas escolas, na formação de professores e nos próprios estudantes, considerando o contexto de uma sociedade capitalista e de classes que muitas vezes limita o acesso dos trabalhadores à educação.

A atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais deve ser compreendida como um diálogo formativo, envolvendo múltiplas escutas que vão do chão da escola até os gestores municipais, estaduais e nacionais, incluindo o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação. A EJA, conforme a Lei 9.394/96, não se restringe à alfabetização, sendo uma modalidade da educação básica voltada ao ensino fundamental e médio. Trata-se de assegurar o direito constitucional à educação de todos, considerando o público específico da EJA e orientando a organização curricular, a formação de educadores e o atendimento nas escolas, nos níveis estadual e municipal e nas universidades, com base em princípios que promovam a inclusão e a qualidade educacional.

O modo de ser da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve responder ao “para quem” e ao “como”, orientado por princípios claros que definam os sujeitos da modalidade e a forma de acolhê-los em seu retorno à escola. É necessário refletir sobre preconceitos históricos, frequentemente presentes na linguagem utilizada para tratar a EJA, lembrando, como aponta Paulo Freire, que a transformação da realidade passa pela mudança da linguagem.

Equívocos clássicos incluem a oposição entre “ensino regular” e “EJA”, que sugere irregularidade, e a aplicação de currículos e dinâmicas destinados a crianças ao público adulto. O parecer de Jamil Curi esclarece que a EJA é regular, exigindo infraestrutura, organização, financiamento e formação docente adequados. Adultos trazem experiências próprias, especialmente relacionadas ao trabalho e à vida cotidiana, devendo ser reconhecidos como sujeitos de direito garantidos pela Constituição e pela LDB, sem distinção de idade.

Outro princípio fundamental é o reconhecimento do “trabalhador estudante”, em que o indivíduo é sujeito antes de ser estudante, e a escola deve adaptar-se às suas condições, compreendendo ausências temporárias decorrentes do trabalho como parte do processo educacional, e não como evasão.

As diretrizes curriculares da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem repensar os sujeitos da educação, reconhecendo-os como trabalhadores, estudantes e sujeitos de direito. Em vez da dicotomia “ensino regular” versus “EJA”, a distinção adequada reside entre a educação de crianças e adolescentes e a de jovens, adultos e idosos, considerando princípios e formas específicas para cada modalidade.

É fundamental partir dos saberes e experiências que os sujeitos já possuem, afastando preconceitos históricos que associam a EJA a atrasos ou deficiências, e ressignificando a modalidade em diálogo com a realidade social, laboral e pessoal dos educandos. Compreender o “trabalhador estudante” implica considerar diferentes tipos de trabalho — formal, informal e precarizado — e os tempos que cada situação exige, garantindo flexibilidade para atender avós que realizam cuidados domésticos, idosos enfrentando limitações físicas, mulheres vítimas de violência ou trabalhadores com jornadas variáveis, sem tratá-los como evasivos ou irregulares.

A organização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve considerar oferta e demanda, garantindo matrícula contínua e respeitando a localização, histórias de vida, experiências de escolarização, identidades, culturas e tempos de trabalho dos estudantes. Conforme Boaventura de Sousa Santos, a modalidade deve assegurar simultaneamente o direito à igualdade — garantindo condições adequadas de financiamento, organização, tempo e infraestrutura — e o direito à diferença, respeitando identidades sem reproduzir desigualdades.

Ademais, é fundamental revisitar a formação de educadores e gestores da EJA. Como ressalta Arroio, é necessário reeducar o olhar e a sensibilidade em relação aos educandos, promovendo transformação nas práticas, concepções e posturas pedagógicas. Isso envolve aprendizagem contínua, estudo coletivo de teorias, metodologias e diretrizes, garantindo uma educação de qualidade e adequada às necessidades do trabalhador estudante.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram atualizadas considerando os sujeitos e os contextos das relações produzidas desde 2000. A forma como sistemas, educadores, formadores e educandos são percebidos influencia diretamente as práticas de ensino e educação.

A professora Maria Aparecida Zanete, complementando a exposição da professora Margarida, enfatizou a necessidade de superar preconceitos históricos em relação à EJA,

muitas vezes percebida como “suplência” ou educação aligeirada, contraposta à educação regular. Destacou-se, ainda, a importância de compreender os sujeitos da EJA como trabalhadores que estudam ou estudantes que trabalham, considerando a diversidade de contextos, tipos de trabalho e tempos de vida. Essa compreensão é fundamental para orientar a construção de diretrizes curriculares que atendam de forma adequada às transformações políticas e sociais ocorridas desde os anos 2000.

Durante o debate sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foram discutidos preconceitos, formação docente e aspectos legais da modalidade. A professora Rita de Cácia Gonçalves destacou que conceitos como “idade própria” ou “idade certa” não existem, sendo apenas formas de designar obrigatoriedade. Ressaltou-se a importância da formação de educadores para promover mudanças significativas na prática da EJA e a necessidade de compreender a diversidade do trabalhador, incluindo trabalhos precarizados e informais.

Também se discutiu a evasão escolar considerando as especificidades dos sujeitos e a terminologia adequada, como “analfabetismo” versus “pessoa não alfabetizada”, incluindo a necessidade de ampliar o acesso à alfabetização formal e ao letramento político e científico. A linguagem é, portanto, política e conceitual; termos como “erradicação do analfabetismo” carregam conotações históricas e ideológicas. A atualização das diretrizes curriculares deve considerar a diversidade de sujeitos, pluralidade de experiências e diferentes contextos de trabalho.

Durante o debate sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foram abordadas questões relacionadas à oferta de condições adequadas para o trabalhador retornar à escola, incluindo cuidados com filhos, horários e segurança, bem como os impactos de políticas como as escolas cívico-militares no Paraná, que resultaram no fechamento de unidades de EJA. Destacou-se a importância de políticas públicas que assegurem atendimento inclusivo e de qualidade para trabalhadores, adolescentes e adultos em contextos diversos.

Também foram discutidas tecnologias e educação a distância, ressaltando que ambientes virtuais multimídia devem mediar a produção do conhecimento sem substituir o papel do docente, promovendo infraestrutura adequada, acesso a bibliotecas, materiais impressos e interatividade pedagógica. Experiências como ProEJA e EGPT evidenciam que a integração da educação profissional contribui para currículos mais efetivos, incorporando tecnologias de forma significativa.

Em síntese, a atualização das diretrizes curriculares exige reflexão sobre o trabalhador estudante, suas demandas, diversidade de experiências, uso de tecnologias, linguagem e acesso à educação para todos, independentemente da idade. O diálogo formativo e a escuta

dos movimentos sociais são essenciais para construir uma EJA inclusiva, democrática e emancipatória, reforçando a necessidade de formação continuada, reflexão sobre tecnologias e o compromisso histórico com uma educação pública de qualidade.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

A proposta metodológica deste trabalho visa compreender os aspectos simbólicos da Festa do Congo na ressignificação do espaço escolar. Organizando essa pesquisa em dois paralelos, um que abrange a temática guarda-chuva de raça e racismo e outro que se afunila de acordo com o foco da pesquisa - Festa do Congo de São Benedito. Para tal, empenhamos um levantamento bibliográfico direcionado a compreender a constituição da territorialidade do Congo de Serra, destacando o território de Nova Almeida. Com esse intuito realizamos uma busca nos arquivos públicos e museus, arquivos digitais da Prefeitura e do Estado, bancos de dados acadêmicos e observação participante.

Muitas escolas ainda operam com modelos rígidos, autoritários e padronizados, que excluem as realidades culturais, sociais e afetivas dos estudantes. Com a crescente presença de estudantes indígenas, negros, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, migrantes e adultos na EJA, é essencial criar ambientes que acolham e respeitem essas diferenças. A ressignificação do espaço escolar é um conceito que propõe repensar o papel, o uso e o significado da escola na vida dos estudantes, professores e da comunidade. Esse processo vai além da estrutura física: trata-se de transformar a escola em um lugar mais inclusivo, democrático, acolhedor e significativo para todos os sujeitos envolvidos.

Do ponto de vista metodológico, foi conduzida uma pesquisa de campo participante com entrevistas exploratórias. A coleta de dados ocorreu em três momentos distintos: Grupo Focal com as lideranças do Congo de Nova Almeida; Entrevistas semi-estruturadas com participantes do Congo, durante os Festejos; Entrevistas com docentes e discentes da disciplina PIPAT.

5.1 O GRUPO FOCAL

Esta técnica de pesquisa qualitativa é usada para coletar opiniões, percepções e ideias de um grupo de pessoas sobre um tema específico. Os participantes devem ter características em comum relacionadas ao tema.

“Em relação ao Grupo Focal, Bauer e Gaskell (2002) e Gatti (2005) concebem essa modalidade de entrevista, como uma técnica qualitativa de pesquisa, que para ser desenvolvida, o pesquisador reúne, em um mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que constituem parte da população pesquisada com a finalidade de se obterem informações consideradas fundamentais para a compreensão do fenômeno objeto da investigação (Bauer, 2002, p. 65).”

O Grupo Focal utiliza então, da interação grupal para produzir saberes e apreender fatos e acontecimentos que poderiam ser menos acessíveis sem a interação vivenciada em um grupo específico, constituído com essa intenção.

A técnica realizada durante as entrevistas foi de grupo focal, de acordo com as reflexões de Morgan (1997) que definem grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador o moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca dados que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Este momento aconteceu em um encontro na casa do atual ‘Guardião do Mastro’, Sr. João Landes. Nesta ocasião foi desenvolvido o Grupo Focal abordado questões internas, como a organização da festa, as atribuições das lideranças e a interação com as escolas e a comunidade. Assumindo o papel de moderadora a pesquisadora explicou aos participantes o objetivo da conversa, pediu permissão para gravar e garantiu a confidencialidade.

Inicialmente cada um falou sobre sua trajetória de vida e sua relação com o Congo. Estiveram presentes O Sr. João Lande e Dona Geralda, sua esposa; Denilson filho do casal; Sr. José Bento e seu filho Leco (Vanderlei Soeiro) e Dona Nenê (Elinete).

O Sr. João Landes iniciou seu relato contando que participa do Congo de Nova Almeida há mais de 30 anos, tendo sido convidado pelo amigo José Bento. Ele recordou que, há muito tempo, as ruas do bairro ainda nem eram calçadas, mas a saída da Banda de Congo já acontecia.

Lembrou, também, que naquela época puxavam o mastro pelas ruas de lama, utilizando um carro de boi, e que a comunidade já participava com grande alegria. Contou que, em conversa com José Bento, se ofereceu para guardar o mastro em seu quintal. Para ele, é uma honra receber todos os envolvidos no Congo em sua residência, onde são acolhidos por ele e sua família antes da saída do festejo.

Atualmente, o Sr. João Landes, junto aos líderes das bandas de Congo São Sebastião e São Benedito, é uma figura importante na preservação e valorização da cultura local. Para ele, ser o guardião do mastro é uma grande responsabilidade e, todos os anos, aguarda com entusiasmo o dia da saída pelas ruas do bairro.



Imagem 29. Sr. João Landes, Mestres José Bento, Dona Nenê e a autora/2025

O dialogo se estendeu a todos os presentes. Cada um teve seu momento individual, o próximo foi o Sr Zé Bento. Ele relatou o início de sua trajetória no Congo, como tudo começou: Zé Bento é um simples mestre de Congo, comecei nesta lida do Congo a muitos anos em 1984, resolvi criar uma banda de Congo Mirim, porque eu percebi se não criasse essa banda de Congo Mirim acabaria a cultura do Congo em nosso Municipio de Serra. Eu conversando com o Mestre Antônio Rosa, ele veio a minha casa me ofereceu uma banda de Congo de adultos mas disse a ele que queria trabalhar com uma banda de Congo com crianças porque me preocupo muito com o social e vejo uma forma de retirar as crianças das ruas e poder ensinar a cultura do seu bairro. Ai ele falou brincando comigo: “Você tá louco menino, criança dá trabalho e sorriu; Dá trabalho mas é isso que eu gosto mestre Rosa e em Março de 84 ele chegou lá em casa e me disse: “Rapaz já que você quer, que dia você quer essa banda de Congo aqui?” e eu respondi que quero essa banda no dia 13 de Junho de 84, ai tal, comecei a ensaiar com as crianças nos tambores de Ilheus no dia 13 de Junho de 84, que era o aniversário de Maraisa (minha filha) que nasceu naquele dia. Fiz uma reunião com os pais ou responsáveis pelas crianças e passei a eles a importância de acompanharem seus filhos aos ensaios e que uma das condições a participação era a criança ser frequente na escola. Iniciamos os trabalhos no dia 13 de Junho de 1984, deu muito trabalho mas as crianças Graças a Deus gostaram e aprenderam muito rápido. Batizamos a banda com o nome Banda de Congo Mirim, foi a primeira banda de congo mirim do estado do Espírito Santo. Desta banda fiz vários mestres, Mestre Juliano, Mestre Jaques e Mestre Getulio. Fui trabalhando com essa banda mirim , as crianças foram crescendo fazendo várias apresentações e quando

as crianças já estavam jovens eles queriam me cobrar também uma banda de Congo de jovens porque eles também já estavam jovens e que teriam que tocar em uma banda maior, foi quando eu e minha família resolvemos criar a banda de Congo de Jovens com o nome Jovens em prol da cultura. Nova Almeida na época tinha três bandas de Congo, tinha a banda de Congo Mirim, a banda de jovens em prol a cultura e a banda de congo São Benedito e São Sebastião que quem administrava era meu amigo Nelson e com a perca do Nelson eu assumir tudo, começamos esse trabalho em Nova Almeida deste jeito e além do Congo trabalhamos com as crianças, nas escolas em reuniões de pais/responsáveis e com os diretores, as crianças tinham que ter frequência e notas boas para poder continuar no Congo. Hoje a responsável pela banda mirim é a nossa Rainha Tia Nenê-Elinete.

Em seu momento de fala, a Rainha Tia Nenê relatou que, quando mais jovem, lecionava como professora no bairro e sempre desenvolvia atividades que incentivavam as crianças a construírem seus próprios instrumentos para formar uma banda de Congo na escola. “Sempre trabalhei a cultura do Congo”, afirmou. Em seguida, destacou que, atualmente, ainda enfrentam preconceitos, ouvindo comentários racistas de pessoas que dizem que o Congo “é coisa de preto e pobre”, que “é macumba” ou que “só tem bêbado no Congo”.

Ela lamentou que, às vezes, as escolas do bairro tenham deixado de trabalhar a cultura do Congo, que é uma herança local. Observou, ainda, que em outros bairros da Serra as pessoas valorizam mais essa tradição e questionou: “Por que aqui, onde o Congo nasceu, ele não recebe o valor que merece?”

5.2 AS ENTREVISTAS COM PARTICIPANTES DO CONGO

Entrevistas semi-estruturadas são uma técnica de pesquisa qualitativa que combina perguntas previamente definidas com flexibilidade para explorar mais profundamente certos tópicos durante a conversa. Elas são muito usadas em pesquisas nas áreas de educação, saúde, ciências sociais e humanas, justamente porque permitem compreender as experiências e percepções dos participantes com riqueza de detalhes (Bardin, 2011).

O entrevistador pode ajustar a entrevista de acordo com as respostas do participante. Existe um roteiro prévio com tópicos e perguntas essenciais que guia o foco da pesquisa. As perguntas são geralmente abertas, permitindo respostas amplas e reflexivas, havendo espaço para o diálogo e o aprofundamento de temas que o pesquisador achar relevantes.

Para orientar as entrevistas semiestruturadas, utilizamos as seguintes perguntas:

1. Qual sua relação com o Congo?

2. Você conhece outras pessoas no seu grupo de familiares e comunidade do entorno que também estão inseridas no Congo?
3. Em qual momento da sua vida você conheceu o Congo e qual era sua visão sobre essa festividade?
4. Você vê relações entre a cultura do Congo e a ancestralidade/herança negra no Brasil?
5. Há quanto tempo você mora no distrito de Nova Almeida?
6. Você estudou/estuda ou tem familiares que estudaram nas escolas da região?
7. Na sua vida escolar se recorda de alguma menção feita ao Congo pelos professores ou corpo docente?
8. Você considera importante que as escolas fomentem a cultura do Congo?
9. Na sua opinião, qual a importância do congo para o distrito de Nova Almeida
10. Poderia compartilhar um momento importante/marcante, para você que ocorreu durante as festividades do Congo ou se preparando para ela?



Imagem 30. Entrevistas realizadas em 20 de dezembro de 2024.

Por meio dos resultados obtidos durante os momentos de acompanhamento e observação, analisamos igualmente a natureza do pertencimento étnico-racial, das e dos pesquisados. Entrevistas foram realizadas com pessoas praticantes do Congo, incluindo membros da banda e dos festejos, que participaram e vivenciam a festa tradicional do Congo do distrito de Nova Almeida na Serra-ES. Ao todo vinte e cinco peço as foram entrevistadas, todas adultas maiores de idades. A descrição destas entrevistas acompanha os momentos do festejo em que foram realizadas, conforme os apontamentos dos entrevistados.

5.3 AS ENTREVISTAS COM O PÚBLICO DO PIPAT

Iniciamos um diálogo com os docentes da disciplina de Projeto Integrador de Pesquisa e Articulação com o Território (PIPAT), nas duas escola estaduais do bairro, destacando a relevância da pesquisa enquanto instrumento fundamental para o desenvolvimento e a compreensão dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Informamos a criação de um site interativo contendo informações sobre o Congo e o desenvolvimento da pesquisa.

Ao acessar a plataforma, o visitante pode explorar as diferentes seções disponíveis, obtendo dados relevantes de forma dinâmica. A página foi elaborada com o uso de diversas fotos ilustrativas que documentam etapas do processo investigativo, contribuindo significativamente para a compreensão do conteúdo apresentado.

Após uma apresentação sobre a pesquisa os discente da disciplina responderam a um questionário breve com três perguntas:

- Você participa de manifestações culturais em sua comunidade?
- O tema “Congo” é abordado em sua escola? Qual a sua percepção sobre esta abordagem?
- De que maneira o Congo pode ser inserido de forma significativa nas práticas pedagógicas em sala de aula?

Na Escola Estadual de Ensino Fundamental ‘Virgílio Pereira’, o Programa de Iniciação à Prática de Alfabetização e Letramento (PIPAT) está presente apenas em uma turma, especificamente no primeiro ano do ensino fundamental. Já na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Antônio José Peixoto Miguel”, a aplicação do questionário contou com a participação de estudantes do primeiro e do segundo ano, que foram reunidos em um único grupo para facilitar a coleta de dados. A análise dos resultados considerou as duas escolas de forma conjunta, somando um total de 37 alunos participantes. Essa abordagem permitiu observar de forma mais ampla a percepção e as experiências dos estudantes em relação ao programa, mesmo diante das diferentes configurações de turmas entre as instituições.



Imagem 31. Encontro com os alunos de PIPAT do ‘Virgínio Pereira’/2025



Imagem 32. Encontro com os alunos de PIPAT do ‘Antônio José Peixoto Miguel’/2025

O gráfico abaixo representa as respostas à Questão 01. Dos 37 alunos que participaram da pesquisa 12 estudantes (32,4%) responderam “Sim”, indicando que participam de manifestações culturais em sua comunidade. 25 estudantes (67,6%) responderam “Não”, revelando que não se envolvem com essas práticas culturais. Essa distribuição evidencia que uma maioria significativa dos alunos não participa ativamente das manifestações culturais locais, o que pode indicar a necessidade de iniciativas que valorizem, incentivem e aproximem os jovens da cultura da comunidade em que vivem. Entre as ‘Manifestações Culturais’ foram citadas o Carnaval, 02 vezes, e principalmente o Congo, 5 vezes.

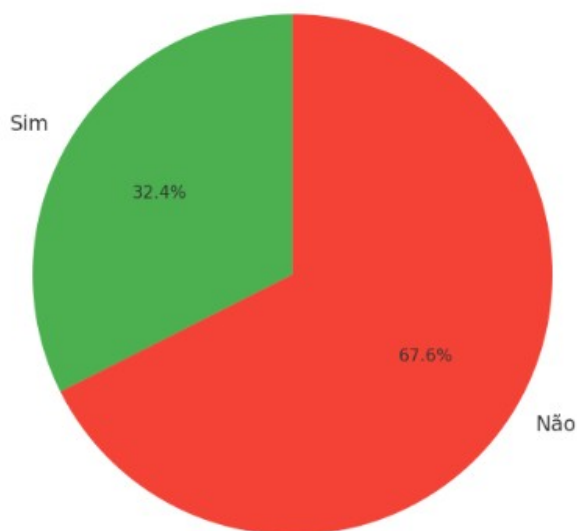


Imagem 33. Gráfico da Questão 01.

Nas demais perguntas as respostas eram abertas e foram agrupadas de acordo com a similaridade. Na segunda questão, por exemplo, na Turma 01 apenas três pessoas não responderam afirmativamente. Metade dos entrevistados respondeu simplesmente que sim ou que seria legal, interessante ou ‘top’. quatro pessoas citaram a questão econômica e a promoção de empregos. Onze citam a Cultura, dentre os quais um cita a ‘História dos negros’ e outro ‘Manifestação cultural e religiosa e músicas afrobrasileiras’.

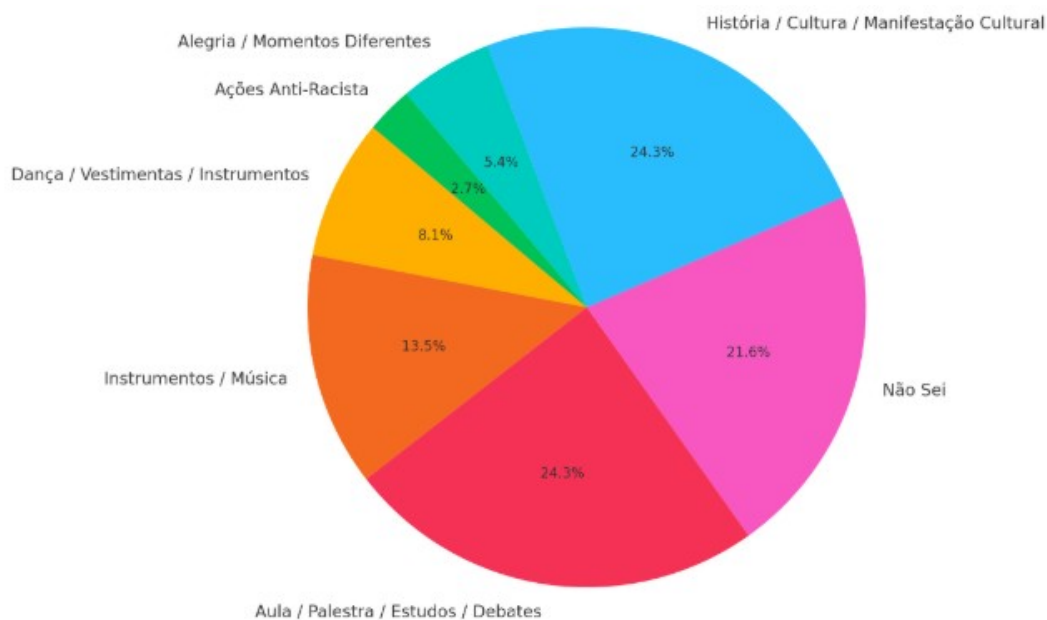


Imagem 34. Gráfico da Questão 03.

A maioria dos entrevistados acredita que o Congo pode ser trabalhado principalmente por Aulas, Palestras, Estudos e Debates (28%) e pela abordagem da História, Cultura e Manifestações Culturais (28%). Isso mostra que existe um reconhecimento de que o tema deve ser explorado de forma mais teórica, crítica e contextualizada.

Uma parcela significativa (25%) respondeu ‘Não Sei’, o que indica uma lacuna de informação ou falta de repertório sobre como inserir o tema. Formas mais práticas, como Instrumentos/Música (15%) e Dança/Vestimentas/Instrumentos (9%), também aparecem, mostrando que o aspecto artístico-cultural do Congo pode ser valorizado como prática pedagógica. Alegria/Momentos Diferentes (6%) e Ações Anti-Racistas (3%) aparecem com menor frequência, mas indicam que algumas pessoas veem o Congo como ferramenta de valorização cultural e combate ao racismo, embora ainda timidamente.

5.4. A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Como produto educacional, foi criado um site + interativo com informações gerais sobre o território do distrito de Nova Almeida, destinado a apoiar o trabalho dos professores. A proposta busca facilitar a abordagem da prática cultural do Congo, incentivando a valorização da cultura tradicional local e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

Para fins deste estudo, consideramos a Festa do Congo na localidade do distrito de Nova Almeida, também conhecida como Festa de São Benedito e São Sebastião de Nova Almeida.

Na concepção de Saquet (2009:57), o território e a territorialidade são multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade e as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar, pois, ao mesmo tempo em que elas lhe dão identidade, são também influenciadas pelas condições históricas e geográficas. Nessa relação, deve-se considerar a processualidade histórica e relacional, as diversidades e unidades em cada relação espaço-tempo-território.

“O território é produto social e condição. A territorialidade também significa condição e resultado da territorialização. O território é o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial, em manchas e redes. (Saquet, p.57-72, 2009).”

Considerando o aporte de Saquet, o processo de apropriação de um território pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas dos distintos grupos, conforme referido por Santos:

“Neste sentido, o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. A apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial (Santos, p.251, 1998).”

Para Henri Lefebvre (2006) o espaço social é fruto de uma produção coletiva, podendo confluir em três dimensões: espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido. Segundo Oliveira e Figueiredo, analisando a obra de Lefebvre:

Por espaço concebido, Lefebvre (2006) refere-se aos espaços planejados por cientistas, urbanistas, arquitetos, engenheiros, elaborados de maneira intelectual, adotados de signos verbais. Na visão de Barbosa (2016), a concepção de espaços sociais advém de agentes externos a ele, como exemplos, de governantes e agentes do estado- indivíduos que empregam um discurso na conceituação do espaço, podendo ser ancorados em valores e interesses (WASSERMAN; FRENKEL, 2011). O espaço percebido, por sua vez, significa o espaço onde ocorrem as práticas sociais ou espaciais, quer dizer, onde há a realidade social, o cotidiano (Lefebvre, 2016). O discurso do planejamento do espaço concebido é traduzido em artefatos materiais e em dinamicidade (WASSERMAN; FRENKEL, 2011); Esses elementos são perceptíveis em práticas sociais dos indivíduos (CARDOSO, 2015). Barbosa (2016) sintetiza que o espaço percebido é, se não, apropriação no espaço do cotidiano. Por fim, o espaço vivido refere-se aos espaços de representação, dotados de signos e símbolos sobre o ponto de vista dos indivíduos (LEFEBVRE, 2006). Explica Lefebvre (2006) que o espaço vivido, diferentemente do “percebido” tem um núcleo afetivo, ação, paixão, das situações. Nas palavras de (CARVALHO, 2012), o espaço vivido é também o espaço simbólico.

É possível perceber que de acordo com Lefebvre o espaço vivido demarca territorialidade. Henri Lefebvre foi um teórico que discutiu os conceitos de espaço e território em diversos de seus escritos, como *A tríade dialética espacial* e *A produção do espaço*.

Lefebvre via o espaço como um produto social, constituído por um conjunto de relações que se transformam e são geradas pelos seus praticantes. Para ele, o espaço não era apenas uma coleção de objetos e assuntos, mas sim algo dinâmico, repleto de contradições, desdobramentos e justaposição.

O autor também discutiu o conceito de "direito à cidade", que, para ele, transcendia o simples acesso aos espaços urbanos. Nesse sentido a EJA do Ensino Médio ao trabalhar com Projeto de PIPAT, este incide diretamente no processo educativo do território a partir da compreensão do espaço vivido. Conforme a sua perspectiva, esse direito envolve a participação ativa dos cidadãos na criação e transformação das cidades.

Alguns dos conceitos de espaço e território propostos por Lefebvre incluem:

- Espaço absoluto: Lefebvre percebia o espaço absoluto como um espaço abstrato, produzido pelo sistema capitalista.
- Espaço abstrato: O espaço abstrato é o espaço produzido pelo sistema capitalista, que é aparentemente homogêneo, mas ao mesmo tempo é composto por guetos.
- Espaço diferencial: A prática espacial é sobretudo contemporânea.
- Urbano: Entendiam o urbano como uma forma social que se afirma.
- Cidade: Enxergavam a cidade como um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação.

O Espírito Santo tem culturas bastante diversificadas, resultante destas percepções territorialidades da composição étnica de sua população e das características históricas, geográficas e administrativas da ocupação da região. Isso contrasta com a tradição açucareira e mineradora que predominou em outras partes do Brasil. O Espírito Santo é reconhecido por

sua grande diversidade cultural. Dos costumes de várias etnias e da relevância das práticas religiosas, nasceu o Congo, uma importante celebração popular apreciada em vários municípios do Espírito Santo, associando-se também a essa prática cultural: as Bandas de Congo.

Como objetivo geral pensar a EJA as relações étnico-raciais a partir do reconhecimento territorial da comunidade de Nova Almeida - Serra- ES, por meio das bandas de Congo. Como as culturas do Congo podem servir de elementos de interlocução entre os saberes da comunidade e os saberes escolares? Respondendo à pergunta: As culturas do Congo, ricas em saberes ancestrais, tradições orais, espiritualidade, arte e valores comunitários, oferecem importantes elementos de interlocução entre os saberes da comunidade e os saberes escolares, especialmente em contextos de educação antirracista e de valorização da identidade afro-brasileira. Essa interlocução é essencial para promover uma educação mais inclusiva, crítica e culturalmente situada.

Como desdobramentos podemos listar os seguintes Objetivos Específicos:

- Reconhecer ou identificar as bandas de Congo que constitui o processo de reconhecimento territorial do distrito de Nova Almeida, enfatizando seu caráter étnico-racial negro e indígena.
- Dar ênfase à compreensão do espaço social e racial no distrito de Nova Almeida.
- Apresentar a importância da preservação cultural do Congo na história de Nova Almeida de geração em geração.
- Apontar possibilidades de interlocução histórica, social, geográfica e artística entre os saberes produzidos no Congo e a produção do conhecimento escolar.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

O site com informações gerais sobre a Celebração do Congo de São Benedito e São Sebastião em Nova Almeida foi construído para ser utilizado como material de apoio para os professores e professoras, preferencialmente na disciplina de Projeto Integrador De Pesquisa e Articulação com o Território (PIPAT), com o objetivo de facilitar a abordagem da prática cultural do Congo. A proposta buscou valorizar a cultura tradicional da região e fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos utilizando recursos tecnológicos.

Esperamos mostrar que os aspectos simbólicos da Festa do Congo tem constituído um impacto significativo na construção do Território da localidade de Nova Almeida. Alguns espaços se destacam especialmente: a Igreja Católica, as ruas, os comércios e as praças. A ressignificação do espaço social a partir da Festa envolve diversos aspectos, como: As pessoas que compartilham o espaço, as interações realizadas pelas pessoas, os significados atribuídos ao espaço e os sentimentos das pessoas em relação ao espaço.

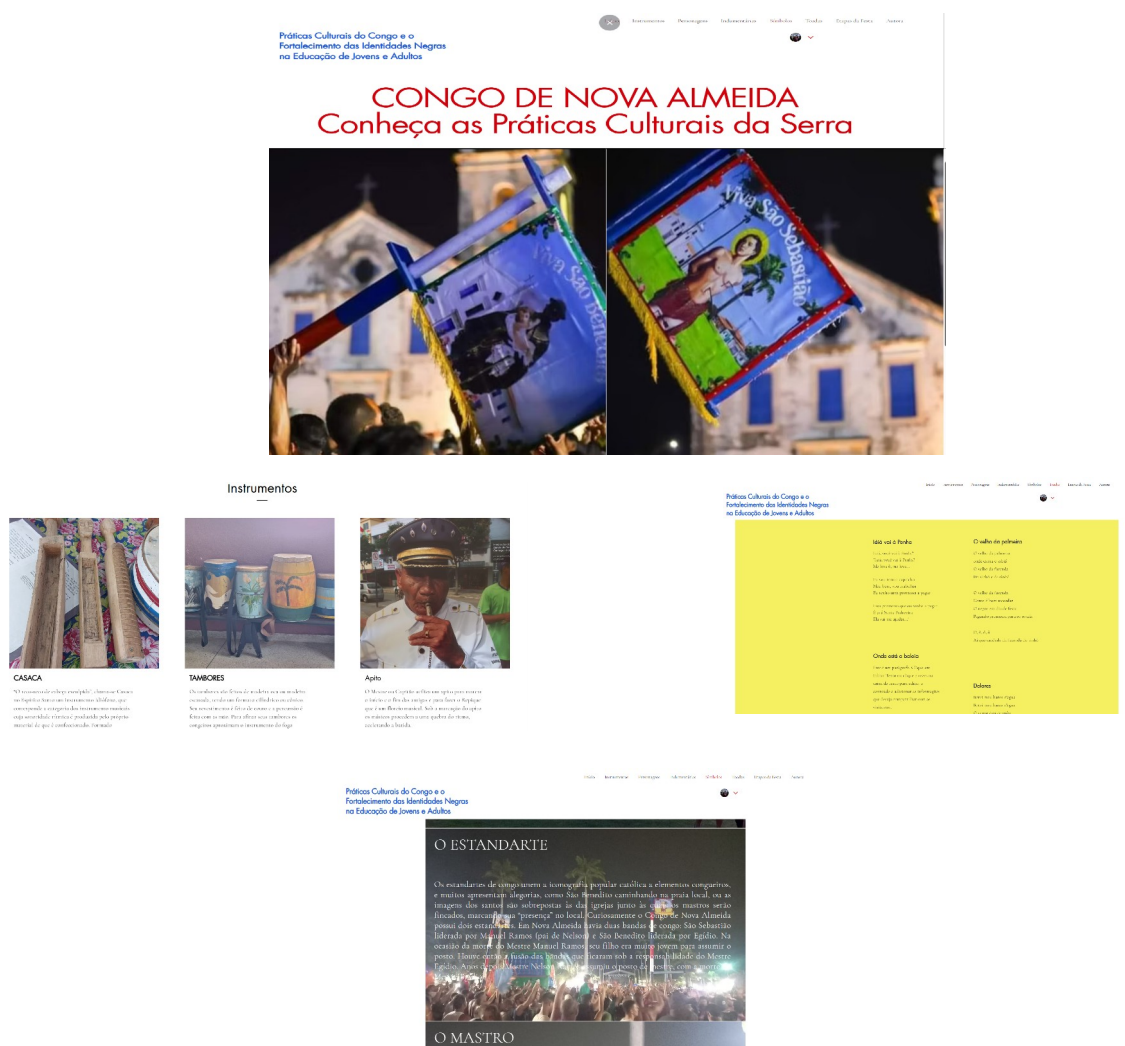


Imagem 35. Imagens do Produto Educacional.

Fonte: Acervo da autora/2025

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Festa do Congo transformam o espaço social, especialmente em relação às pessoas, interações, significados e sentimentos/emoções. Vemos nas falas dos entrevistados o sentimento de alegria em participar de algo que foi se tornando tão grandioso ao longo dos anos. No que diz respeito às pessoas, a Festa aumentou o fluxo de visitantes na região, destacou a cultura tradicional dos negros e comunidade ribeirinha local e reafirmou a divisão de tarefas por gênero através das atividades do Congo. Quanto às interações, a Festa envolve organizadores, membros das Bandas de Congo (congueiros), outras Bandas, participantes, espectadores, comunidade local, comerciantes e outras pessoas. Também vale ressaltar como o apoio institucional do poder público tem sido fundamental para o sucesso das celebrações.

Em relação ao seu significado simbólico, a Festa de Congo representa a preservação da tradição e dos costumes culturais transmitidos de geração em geração dentro das famílias da comunidade. No entanto, observamos que as escolas do bairro têm explorado de forma insuficiente essa importante dimensão cultural. As entrevistas realizadas revelaram que grande parte das pessoas sente-se pertencente a essa manifestação e já participa ativamente da sua manutenção e valorização, seja nas famílias, nos grupos de Congo ou nas festividades locais. Apesar desse envolvimento comunitário, a temática do Congo ainda é pouco abordada nas práticas pedagógicas das escolas do bairro, diferentemente do que ocorre em outras localidades, onde o tema é mais reconhecido e valorizado. Diante desse cenário, torna-se fundamental que as instituições de ensino implementem ações efetivas para o cumprimento da Lei 10.639/2003, incorporando a cultura do Congo como conteúdo educativo e como instrumento de fortalecimento da identidade afro-brasileira.

A combinação da fé (religiosidade) e da alegria (aspecto profano) motiva a participação na Festa, fortalecendo sua presença na vida social da localidade há muitos anos. Para pesquisas futuras, é importante explorar outros aportes teóricos, como a teoria das práticas no contexto dos Estudos Organizacionais, além de incorporar conceitos como o de "organizing". Também é fundamental aprofundar o conhecimento sobre a história do congo no Brasil, especialmente no Espírito Santo e no município da Serra, e usar como referência outros bairros onde ocorre a Festa de São Benedito. Em termos metodológicos, há oportunidades de estudar a Festa do Congo Capixaba, uma tradicional celebração cultural do Espírito Santo, que possui particularidades interessantes.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Noelia da Silva Miranda. **Entrelaçando Saberes e Narrativas: Formação de Professoras/es e Lideranças Quilombolas em Conceição da Barra/ES**. 2020. 194 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

ARROYO, Miguel González. (2005). **Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BELEZA, JO.; NOGUEIRA, EML.. Contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil. **RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar**, ano 4, v. IV, n. 2, p. 107-126, jul./dez., 2020.

BERNARDO NETO, Jaime **Negros em terra de brancos? Reflexões sobre o racismo e a colonialidade nas representações hegemônicas sobre o Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense, 337 f., 2017.

BOA MORTE, Teodorico. **Igreja dos Reis Magos, de Nova Almeida (ES)**. 2013.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. CJ Borges, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004. Seção 1, p.11. D.O. U. de 22 de junho de 2004, BRASIL, **Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília:

SECAD, 2006.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília-DF, 2004.

CURY, C. R. J. A educação como desafio na ordem jurídica. In E. M. T. Lopes, L. M. de F. Filho, & C. G. Veiga (Eds.), **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 2008.

ELTON, Elmo. São Benedito: sua devoção no Espírito Santo. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Ministério da Cultura, 1988. **CARTA CEPRO.** Piauí, nº 09, 2007.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Edufba, 2008.

FONTENELE, Zilvrán Varela. **A história e cultura afro-brasileira e indígena na escola.** Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: Eliane Cavallero (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2000.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223-244, 1984.

IPHAN - Superintendência no Espírito Santo (Org.). **Relatório de Pesquisa.** Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC. Vitória: Iphan-ES. 2015.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care.** In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). **Qualitative research in health care.** 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

MACIEL, Cleber da Silva. **Negros no Espírito Santo.** Org. Osvaldo Martins de Oliveira. –2ª ed. – Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MATIAS, Emanuela Ferreira e CUNHA JR, Henrique. **Educação antirracista em território de maioria afrodescendente.** Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018.

MORAIS, Rogério. **Histórias Ocultas da Igreja dos Reis Magos.** Cineasta. <https://www.seculodiario.com.br/cultura/historias-ocultas-da-igreja->

dos-reis-magos MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

NEVES, Reinaldo Santos (Org.). **Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba: 1944-1982**. v.2. Guilherme Santos Neves. Vitória: Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, 2008.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. Congo: Demarcador de Identidade em uma Comunidade Quilombola. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, p.100-116, 2018.

OLIVEIRA, S. L de. **Narrativas de vida de estudantes da EJA**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados da Liberdade) – Escola Superior de Educação, Universidade Federal de do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ORTIGÃO, Elisa Ramalho. Viva São Benedito! Resistência e experiência na Banda de Congo Amores da Lua da cidade de Vitória, ES. **Farol**. 17 n. 24 2021.

PORTALFORUMEJA. Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA. Youtube. 2025 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9_JA-ZGKo_Q&t=1193s> Acesso em: 30/08/2025.

QUARESMA, RJC; PANTOJA, GF; CORDEIRO, YEM. A educação de jovens e adultos e os sujeitos dessa modalidade de ensino. **VI Congresso Nacional de Educação**. Pará, 2019.

RIBAS, M.; SOARES, S. T. Formação de professores para atuar na educação de jovens e adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9. 2012, Anais Formação de Professores, [S.l : s.n], 2012.

SALETTTO, Nara, Sobre a composição étnica da população capixaba. **Dimensões**, V.11, 2000.

SANTOS, Milton. **Territórios, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. In.: **O dinheiro e o território**. 3º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS NEVES, Guilherme (2016). **Banda de Congos**. <https://estacaocapixaba.com.br/banda-de>

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

SIQUEIRA, Yamília de Paula. **Sociologia no Ensino Médio: Lei nº 10.639/2003 e Formação Antirracista**. 2020. 209 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação).

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

SOEIRO, Lucas Borges. **Capixabandos e conversações e jurisprudências em frente à prescrição curricular no Espírito Santo: O Congo Como Máquina de Guerra Nômade**. 2022. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

TRAD, LAB Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseados em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [.https://sc.org](https://sc.org). Artigo- **Morgan (1997)**.

_____. **Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

XAVIER, Francisco de Assis. **Processos Educativos na Comunidade Jongueira de Anchieta: práticas de Enfrentamento ao Racismo na Educação de Jovens e Adultos**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

WASSERMAN, V.; FRENKEL, M., Organizational aesthetics: caught between identity regulation and culture jamming. **Organization Science**, v. 22, n. 2, p. 503-521, 2011.

WOOD JR, T. Organizações de simbolismo intensivo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 1, p. 20-28, jan./mar. 2000.

9. ANEXO

DIÁRIO DE BORDO DA PESQUISADORA:

Registro das Atividades da Festa de São Benedito e São Sebastião – 04 de janeiro de 2024

No dia 04 de janeiro de 2024, teve início a tradicional festividade em homenagem a São Benedito e São Sebastião. As celebrações foram iniciadas às 19h com a recitação do Terço Mariano, seguido, às 19h30, pela celebração da Santa Missa no palco Reis Magos. A cerimônia litúrgica contou com uma expressiva participação da comunidade local e visitantes. Para o encerramento das atividades do dia, ocorreu uma apresentação musical do cantor Leandro Tobias.

Registro das Atividades da Festa de São Benedito e São Sebastião – 05 de janeiro de 2024

No segundo dia das festividades, as atividades iniciaram-se às 19h com a recitação do Terço Mariano. Às 19h30, foi celebrada a Santa Missa no palco Reis Magos, contando com a expressiva participação da comunidade local. Posteriormente, às 21h, ocorreu a apresentação musical da Banda Vitória Régia, seguida, às 22h30, do show do cantor Domate Fontana, encerrando as atividades do dia.

Registro das Atividades da Festa de São Benedito e São Sebastião – 06 de janeiro de 2024

No dia 6 de janeiro de 2024, ocorreram as festividades alusivas à **Cortada do Mastro**, evento que marca o início das celebrações em honra a São Benedito e São Sebastião em Nova Almeida, município da Serra. A programação teve início às 17h30, em frente à sede do Congo São Benedito e São Sebastião, com a participação do Padre André, da Paróquia dos Reis Magos, e das seguintes bandas de congo:

- Banda de Congo Mirim
- Banda Oficial São Benedito e São Sebastião
- Banda de Congo Recongo.

As mulheres lideravam o cortejo, dançando à frente das bandas. A saída da sede para a realização da cortada do mastro foi marcada por grande entusiasmo entre os presentes. O percurso incluiu uma parada na Igreja dos Reis Magos, onde o Padre, posicionado em uma janela do templo, abençoou com água benta os congueiros que integravam o cortejo.

Após receberem a bênção, os congueiros prosseguiram com o cortejo em direção ao local

destinado à fncada do mastro. O percurso pelas vias do bairro foi marcado por intensa musicalidade, danças e fogos de artifício, sendo aguardado com entusiasmo pelos moradores. Numerosos devotos posicionaram-se nas calçadas, nas varandas e até mesmo uniram-se ao cortejo, contribuindo para a vivacidade do evento. Ao chegarem ao local do mastro, observou-se um breve momento de silêncio, imediatamente seguido pelo retorno das cantorias. Homens selecionados ergueram o mastro, conduzindo-o à frente do cortejo, que continuou a marcha, perpetuando a festividade.

Durante o cortejo festivo, observou-se um incremento contínuo no número de participantes, evidenciando o fortalecimento do vínculo comunitário e a expressividade cultural do evento. O mastro foi conduzido até a sede, onde foi ocultado por alguns membros, conforme a tradição, com a intenção de ser posteriormente descoberto pelos festeiros no dia 20 de janeiro. Este ritual simboliza a continuidade das práticas culturais e religiosas associadas à festividade. Para encerrar as celebrações do dia, foi realizada uma missa, marcando o início oficial das festividades em honra a São Benedito e São Sebastião.

Registro das Atividades da Festa de São Benedito e São Sebastião – 19 de janeiro de 2024

Hoje foi o dia de acompanhar os integrantes e festeiros do Congo de São Sebastião e São Benedito. A celebração começou na sede, de onde os participantes partiram para a tradicional "escondida do mastro". Com cânticos, tambores, casacas e apitos, seguiram em cortejo até o local da cerimônia.

O mastro foi então colocado em um caminhão caçamba, enquanto os festeiros seguiam animados, cantando e agitando as ruas do distrito de Nova Almeida. Após percorrerem a região, o caminhão seguiu em direção à Praia Grande, no município de Fundão (ES), bairro vizinho a Nova Almeida.

Ao chegarem, o mastro foi escondido em um local desconhecido pelos festeiros, uma tarefa realizada apenas por alguns integrantes especialmente designados para essa missão.

Registro das Atividades da Festa de São Benedito e São Sebastião – 20 de janeiro de 2024

Hoje é o grande dia da festa, e a animação toma conta de Nova Almeida. Os moradores do distrito aguardam com entusiasmo a passagem do cortejo do Congo, enquanto a região recebe muitos turistas que vêm prestigiar essa tradicional celebração. O evento

tem início na concentração em frente à sede do Congo de São Benedito e São Sebastião.

As mulheres desempenham um papel especial na festividade, trazendo beleza e alegria aos foliões (congueiros). Vestidas com saias longas e rodadas, elas encantam a todos com sua energia vibrante. O clima festivo contagia os presentes, que se entregam à dança no ritmo envolvente da congada.

Durante todo o percurso, o cortejo contou com a presença do padre André, responsável pela Igreja dos Reis Magos. Foi emocionante perceber o respeito que a comunidade tem por ele, um verdadeiro líder religioso. Seu semblante transmitia felicidade, e, segundo relatos, essa foi a primeira vez que um padre da paróquia acompanhou todo o trajeto ao lado do povo. Esse fato encheu os foliões de orgulho pela grandiosidade da festa cultural do Congo.

Ao chegarem em frente à Igreja dos Reis Magos, ocorreu a tradicional fincada do mastro. Durante o percurso, os foliões puxavam um barco com uma corda, enquanto as bandas de Congo convidadas fortaleciam a manifestação cultural com seus cânticos e instrumentos. Tudo aconteceu de forma organizada e vibrante, com uma participação expressiva dos moradores e turistas.

Após a fincada do mastro, em frente à igreja, a queima de fogos iluminou o céu, marcando um momento de grande euforia para todos os presentes. A sensação era de missão cumprida, um ato de fé e devoção que reafirmava a paixão pela tradição. Gratidão a todos que fizeram parte dessa linda celebração.